LUCIANA SILVA REIS

A modernização crítica do pensamento jurídico brasileiro no século XX

Ciência do direito, ensino e pesquisa

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Titular Dr. José Eduardo Campos de Oliveira Faria

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo/SP

2018

LUCIANA SILVA REIS

A modernização crítica do pensamento jurídico brasileiro no século XX

Ciência do direito, ensino e pesquisa

Tese de Doutorado, apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora na área de concentração de Filosofia e Teoria Geral do Direito, sob a orientação do Prof. Titular Dr. José Eduardo Campos de Oliveira Faria

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo/SP

2018

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Reis, Luciana Silva Reis

A modernização crítica do pensamento jurídico brasileiro no século XX:
ciência do direito, ensino e pesquisa / Luciana Silva Reis Reis ; orientador
José Eduardo Campos de Oliveira Faria -- São Paulo, 2018.
217 p.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Direito e Teoria
Geral do Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Pensamento jurídico. 2. Crítica jurídica. 3. Ciência do direito. 4. Sociologia
jurídica. I. Faria, José Eduardo Campos de Oliveira, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Escrever essa tese foi percorrer um caminho acidentado, ao longo do qual tive a sorte de poder contar com pessoas que não só me ajudaram a seguir em frente, como também apontaram as melhores rotas.

A meu orientador, José Eduardo Faria, agradeço pela generosidade e pela confiança que sempre permearam nossa já longa relação. Agradeço também por todas as divertidas e esclarecedoras conversas.

Agradeço a Emerson Ribeiro Fabiani e a Samuel Rodrigues Barbosa pelos comentários formulados no momento do exame de qualificação, bem como pela indicação de bibliografia. Emerson gentilmente me disponibilizou um importante arquivo digital, pelo que também sou grata. No caso de Samuel, agradeço ainda pelas trocas de ideias e indicações, que felizmente são constantes e ultrapassaram muito o momento do exame de qualificação.

Tive o privilégio de discutir esse trabalho com colegas do Núcleo Direito e Democracia (NDD), do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), a quem agradeço pela leitura e críticas formuladas. Agradeço especialmente a Marcos Nobre, pelos detalhados comentários e sugestões que fez ao projeto de qualificação.

A todas as maravilhosas do grupo de mulheres do NDD, amigas essenciais com quem aprendo muito e compartilho as dores e delícias de ser acadêmica, não poderia ser grata o suficiente.

Tive a oportunidade de fazer na pós-graduação excelentes cursos, que certamente informaram aspectos relevantes desta tese. Por isso, sou grata aos professores Bruno Bontempi Junior, Juliano Maranhão, Rúrion Melo e Ronaldo Porto Macedo Jr. A Ronaldo, agradeço de forma especial por todo o apoio, encorajamento e oportunidades oferecidas, que têm sido tão importantes durante minha carreira acadêmica.

Agradeço com especial carinho às alunas e aos alunos da Faculdade de Direito da Universidade São Judas Tadeu e da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. A oportunidade de preparar um curso para vocês e as trocas de experiência que pudemos ter

em sala de aula foram momentos insubstituíveis e valiosos, não só para meu crescimento pessoal, mas especialmente para minha reflexão acadêmica.

Às amigas e aos amigos que fizeram desse período difícil que são os anos de doutorado também um período de alegrias, muito obrigada.

Minha família, como sempre, deu um apoio fundamental para a realização desse trabalho. A minha mãe, Eurica, a meu pai, Luiz, e a minhas irmãs, Ana e Flávia, agradeço por todo carinho, generosidade e compreensão.

Ao Yuri, companheiro fundamental de todos os caminhos, dedico esse trabalho. Apenas um agradecimento talvez fosse suficiente para retribuir sua ajuda, em todos os aspectos possíveis, na realização dessa pesquisa. Mas sua presença a meu lado é muito maior do que esse momento, e nosso aprendizado diário não cabe em um simples obrigada. Essa dedicatória é um gesto em reconhecimento disso que ultrapassa qualquer possibilidade de agradecimento.

Para Yuri

Alguns anos vivi em Itabira.

Principalmente nasci em Itabira.
Por isso sou triste, orgulhoso: de ferro.
Noventa por cento de ferro nas calçadas.
Oitenta por cento de ferro nas almas.
E esse alheamento do que na vida é porosidade e comunicação.

A vontade de amar, que me paralisa o trabalho,
vem de Itabira, de suas noites brancas, sem mulheres e sem horizontes.

E o hábito de sofrer, que tanto me diverte,
é doce herança itabirana.

De Itabira trouxe prendas diversas que ora te ofereço:
esta pedra de ferro, futuro aço do Brasil;
este São Benedito do velho santeiro Alfredo Duval;
este couro de anta, estendido no sofá da sala de visitas;
este orgulho, esta cabeça baixa...

Tive ouro, tive gado, tive fazendas.
Hoje sou funcionário público.
Itabira é apenas uma fotografia na parede.
Mas como dói!

Carlos Drummond de Andrade, *Confidência do Itabirano*

(...) creio que algum filósofo indiano que desejasse saber o que é a sociologia pelo que, com este nome, se faz entre nós, se sairia mais ou menos com esta definição: “A sociologia é a arte de salvar rapidamente o Brasil.”

Mario de Andrade, *O Empalhador de Passarinho*, p. 37

RESUMO

A tese tem por objetivo analisar o processo de modernização do pensamento jurídico brasileiro ao longo do século XX, com foco nos movimentos de crítica jurídica, ou seja, em perspectivas teóricas que questionaram os paradigmas científicos então tradicionais e disputaram, assim, a concepção de ciência do direito dominante no país. A temporalidade para a pesquisa vai da Revolução de 30, quando se inicia o processo de modernização do próprio país, até os anos de redemocratização. Para alcançar seus resultados, apresentando uma reconstrução do sentido de tais movimentos de crítica no rumo modernizador do pensamento jurídico, a tese vale-se de elementos tanto da teoria quanto da história do direito, especialmente em uma perspectiva de história intelectual e conceitual. As noções de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas”, nesta linha, são mobilizadas a fim de organizar essa reconstrução e, dessa forma, o processo de modernização do pensamento jurídico brasileiro é apresentado em dois momentos diversos. No primeiro momento, que vai de 1930 a 1964, mostra-se como o horizonte de expectativas que se colocava aos juristas críticos era o da construção do Estado e da nação, e como o espaço de experiência em que se moviam era o da política institucional. Nesse plano, expõe-se o fato de que importantes juristas do período eram, também, políticos profissionais, e de que suas discussões sobre ciência do direito tinham um fim nitidamente instrumental: o de fornecer concepções adequadas para a atuação do Estado no seio social. Com isso, revela-se o sentido de nossa crítica jurídica de matriz autoritária, ou de nosso “realismo à brasileira”, que tinha como objetivo central promover uma reconexão entre o “país real” e o “país legal”. Sem prejuízo, expõe-se o fato de que também juristas com preocupações democráticas desempenharam um papel relevante nos movimentos de crítica deste período. Mostra-se que tais juristas – que, ao contrário dos autoritários, tiveram importante atuação docente – elaboraram uma concepção de ciência jurídica naturalista, mas que mobilizava conceitos valorativos como democracia, liberdade e justiça. Indica-se que, como não formularam reflexões teóricas aprofundadas, estes juristas não legaram, às gerações futuras, uma reflexão propriamente metodológica sobre a ciência do direito, deixando limitada sua crítica a um efeito quase que exclusivamente político. Já num segundo momento, impulsionado pela institucionalização do ambiente universitário, encarnada em uma figura como San Tiago Dantas, mostra-se como, a partir da instauração do regime autoritário de 1964, disputas em torno da ciência do direito no país proliferaram e se aglutinaram na reivindicação da sociologia jurídica como o campo do conhecimento necessário à modernização do pensamento jurídico, a partir do qual

se lidaria com a questão da legitimidade do Direito. Expõe-se, assim, como, para formular essa questão, os juristas críticos deste período promoveram uma crítica propriamente metodológica aos paradigmas tradicionais da ciência do direito então dominantes, considerados inadequados por serem excessivamente idealistas e dogmatizantes. Indica-se, ainda, como, por meio desta crítica metodológica, passou-se a questionar o ensino jurídico tradicional e a ausência de pesquisas no campo jurídico acadêmico das faculdades da época. Conclui-se, contudo, com a percepção de que essa crítica metodológica conseguiu expandir o campo de preocupações dos juristas, aproximando o direito das demais ciências sociais, sem ter alcançado o que parecia ser um objetivo inicial, de instaurar um novo modelo de ciência do direito no país – projeto este que segue em aberto, como um legado a ser resgatado.

Palavras-chave: pensamento jurídico, crítica jurídica, ciência do direito, sociologia jurídica

ABSTRACT

The goal of this dissertation is to examine the process of modernization of the Brazilian legal thought throughout the 20th century, by focusing on the movements of legal critique, that is, on theoretical approaches that challenged the then-prevailing traditional scientific paradigms, and thus disputed the conception of science of law predominant in Brazil. The research encompasses the period from the Brazilian Revolution of 1930, the outset of the process of modernization in Brazil, up to the years of redemocratization. To achieve its resulting reconstruction of the meaning of such movements of legal critique in modernizing legal thought, the dissertation makes use of elements from both legal theory and legal history, particularly from a perspective of intellectual and conceptual history. The notions of “spaces of experience” and “horizons of expectations” are thus employed in arranging this reconstruction and, consequently, the process of modernization of the Brazilian legal thought is introduced in two separate stages. In the first stage, from 1930 to 1964, the dissertation shows how the horizon of expectations before scholar proposing legal critique was that of erecting the Brazilian State and nation, and how the space of experience which they inhabited was that of institutional politics. The dissertation explores this landscape exposing the fact that preeminent critical legal scholars were simultaneously professional politicians and that their discussions on science of law served a patently instrumental purpose: to supply proper conceptions of the State’s role in social life. This unveils the essence of authoritarian Brazilian legal critique, or “Brazilian realism” (*“realismo à brasileira”*), which aimed at reconciling the “real Brazil” with the “legal Brazil”. Yet the dissertation also introduces how legal scholars driven by democratic concerns performed an important role in the critical movements in this period as well. Those scholars – who, unlike authoritarian scholars, had notable teaching careers – developed a conception of science of law founded in scientific naturalism, albeit summoning normative concepts such as democracy, liberty and justice. The dissertation suggests that, as they did not advance thoughtful theoretical reflections, those scholars did not bequeath future generations with a properly methodological reflection about the science of law, thus limiting their criticism to virtually exclusively political payoff. In a second stage – spurred by the institutionalization of higher education, embodied in the figure of San Tiago Dantas –, the dissertation explores how, from the outset of the authoritarian regime of 1964, disputes about science of law in Brazil propagated and consolidated in claiming sociology of law as the branch of knowledge required to the modernization of legal thought, from which the question of the legitimacy of law would be

addressed. In responding to this question, critical legal scholars from this period advanced properly methodological criticism to then-prevailing traditional paradigms of science of law, which were deemed inadequate as excessively idealistic and dogmatic. The dissertation identifies how this methodological criticism laid the foundations for challenging traditional legal education as well as the lack of legal research projects at law schools of the time. It concludes with the observation that this methodological criticism was able to expand the range of concerns of legal scholars, bringing law closer to other social sciences, and yet failed to fulfil what appeared to be its original goal, of introducing a new model for science of law in Brazil – a project that remains unclosed, as a legacy left to be recovered.

Keywords: legal thought, legal critique, science of law, sociology of law

RIASSUNTO

L'obiettivo di questa tesi è di esaminare il processo di modernizzazione del pensiero giuridico brasiliano nel corso del secolo 20, concentrandosi sui movimenti della critica legale, cioè sugli approcci teorici che sfidavano i paradigmi scientifici tradizionali allora prevalenti, e quindi contestati la concezione della scienza del diritto predominante in Brasile. La ricerca comprende il periodo della Rivoluzione Brasiliana del 1930, l'inizio del processo di modernizzazione in Brasile, fino agli anni della redemocratizzazione. Per raggiungere la sua conseguente ricostruzione del significato di tali movimenti di critica legale nella modernizzazione del pensiero giuridico, la dissertazione si avvale di elementi sia della teoria giuridica che della storia giuridica, in particolare da una prospettiva della storia intellettuale e concettuale. Le nozioni di "spazi di esperienza" e "orizzonti di aspettative" vengono quindi utilizzate per organizzare questa ricostruzione e, di conseguenza, il processo di modernizzazione del pensiero giuridico brasiliano viene introdotto in due fasi separate. Nella prima fase, dal 1930 al 1964, la dissertazione mostra come l'orizzonte delle aspettative davanti allo studioso che proponeva la critica legale fosse quello di erigere lo stato e la nazione brasiliani, e come lo spazio dell'esperienza che abitavano fosse quello della politica istituzionale. La dissertazione esplora questo panorama esponendo il fatto che i più eminenti studiosi di giurisprudenza critica erano contemporaneamente politici professionisti e che le loro discussioni sulla scienza del diritto avevano un fine palesemente strumentale: fornire adeguate concezioni del ruolo dello Stato nella vita sociale. Questo rivela l'essenza della critica legale autoritaria brasiliana, o "realismo brasiliano" ("realismo à brasileira"), che mirava a riconciliare il "Brasile reale" con il "Brasile legale". Tuttavia, la dissertazione introduce anche il modo in cui gli studiosi legali guidati da preoccupazioni democratiche hanno svolto un ruolo importante anche nei movimenti critici in questo periodo. Quegli studiosi - che, a differenza degli studiosi autoritari, avevano notevoli carriere nell'insegnamento - svilupparono una concezione della scienza del diritto fondata nel naturalismo scientifico, anche se convocava concetti normativi come democrazia, libertà e giustizia. La dissertazione suggerisce che, poiché non avanzavano riflessioni teoriche riflessive, quegli studiosi non lasciavano in eredità le generazioni future con una riflessione propriamente metodologica sulla scienza del diritto, limitando così le loro critiche a un profitto praticamente esclusivamente politico. In una seconda fase - stimolata dall'istituzionalizzazione dell'istruzione superiore, incarnata nella figura di San Tiago Dantas -, la dissertazione esplora come, dall'inizio del regime autoritario del 1964, le dispute sulla

scienza del diritto in Brasile si siano propagate e consolidate nel rivendicare sociologia del diritto come ramo della conoscenza richiesto per la modernizzazione del pensiero giuridico, da cui verrebbe affrontata la questione della legittimità del diritto. Nel rispondere a questa domanda, studiosi di giurisprudenza critici di questo periodo hanno avanzato correttamente la critica metodologica ai paradigmi tradizionali della scienza del diritto allora prevalenti, ritenuti inadeguati come eccessivamente idealistici e dogmatici. La dissertazione identifica come questa critica metodologica abbia gettato le basi per sfidare l'educazione legale tradizionale e la mancanza di progetti di ricerca legale presso le scuole di legge dell'epoca. Si conclude con l'osservazione che questa critica metodologica è stata in grado di ampliare la gamma di interessi degli studiosi legali, avvicinando il diritto ad altre scienze sociali, e tuttavia non ha adempiuto a quello che sembrava essere il suo obiettivo originario, di introdurre un nuovo modello per la scienza del legge in Brasile - un progetto che rimane non chiuso, come eredità lasciata per essere recuperata.

Parole chiave: pensiero legale, critica legale, scienza del diritto, sociologia del diritto

Sumário

1. Introdução	27
1.1. <i>A propósito do método: um campo de estudos para o pensamento jurídico</i>	28
1.2. <i>Por que modernização crítica.....</i>	33
1.3. <i>Periodização</i>	40
1.4. <i>Algumas advertências</i>	41
2. O projeto de construção nacional em busca de uma ciência jurídica	43
2.1. Crítica jurídica do início do século	44
2.2. <i>A crítica jurídica autoritária</i>	48
2.3. <i>Os “bacharéis livres” e a perspectiva de uma crítica jurídica democrática</i>	58
2.3.1. <i>Nestor Duarte e Hermes Lima: políticos profissionais e professores de direito</i>	59
2.3.2. <i>San Tiago Dantas: um jurista-político reformador.....</i>	71
2.4. <i>A modernização possível.....</i>	89
3. A ciência jurídica em busca da legitimidade do direito	91
3.1. <i>A “fase heroica” da sociologia jurídica: as primeiras pesquisas empíricas</i>	95
3.2. <i>Teoria dialética do direito e pluralismo jurídico</i>	113
3.3. <i>Teoria do direito e sociologia jurídica em São Paulo</i>	140
3.4. <i>A Associação Latinoamericana de Metodologia e Ensino do Direito.....</i>	163
3.5. <i>O destino do ensino jurídico e das pesquisas em direito.....</i>	171
3.5.1. <i>Qual a alternativa ao formalismo?</i>	172
3.5.2. <i>A sociologia jurídica no currículo dos cursos de direito</i>	175
3.5.3. <i>O problema da pesquisa em direito.....</i>	183
4. Conclusões e perspectivas	191
FONTES PRIMÁRIAS	197
OBRAS DE REFERÊNCIA.....	208

1. Introdução

Pelo menos dois conjuntos de inquietações foram o impulso inicial para este trabalho. Penso que apresentá-los é útil para situar a pesquisa, tanto em termos do seu objeto como em termos do modo de investigação escolhido. Em primeiro lugar, um *incômodo*: por que se fala tanto em nosso país no atraso do direito, seja do seu ensino, seja do seu campo de pesquisas, em relação aos demais campos das ciências sociais? De onde surge essa imagem de um campo disciplinar arcaico e praxista, despreocupado em se investigar empiricamente e em se elaborar teoricamente? Dado que essa imagem seja representativa do real, quais seriam as condições para uma mudança desse quadro? Esse primeiro conjunto de indagações levou a uma segunda ordem de ideias, talvez um possível *caminho*: não seria o caso, diante do diagnóstico de atraso, de pensar quais concepções de ciência do direito temos hoje no Brasil? Há alguma concepção hegemônica? Há várias concepções em disputa? Ou não há mesmo concepção nenhuma, apenas um pastiche de pseudoteorias? Essas concepções formulam de algum modo o problema do ensino e da pesquisa?

Claro que, a partir de indagações tão amplas, não seria possível seguir adiante sem se tematizar mais propriamente um objeto. Neste ponto, uma disciplina acadêmica, muito reivindicada entre nós durante as décadas de 70, 80 e 90, logo vem à mente: a *sociologia jurídica*. Pois não teriam sido os proponentes da sociologia jurídica que, no campo jurídico acadêmico, primeiro formularam esse diagnóstico de atraso e se moveram no sentido de mudá-lo? Seria, então, a sociologia jurídica um *novo modelo de ciência do direito*? Se esse fosse o caso, quais seriam as diretrizes desse novo modelo, quais características do modelo que ele contrapõe (se é que se poderia supor sua existência) estariam sendo combatidas?

Nessa linha, uma imagem geral do que é a *concepção sociológica* do direito se coloca: o direito como fato social, como uma construção real das práticas políticas, sociais e econômicas, e não como uma abstração idealista que gera, exclusivamente em um plano normativo, regras de dever-ser. Deste ponto, é inevitável o surgimento de novas indagações: como apareceu no Brasil essa concepção sociológica? Em que contexto se afirmou contra certo idealismo jurídico? Há linhas de continuidade entre sua gênese e os momentos posteriores em que é invocada?

Essa ordem de indagações nos levou finalmente a um ponto de partida, que estaria nas primeiras formulações do direito enquanto fato social. Mas essas formulações, que

aparecem logo nas últimas décadas do século XIX, com vistas a combater certo jusnaturalismo católico que predominava nas escolas de direito (LOPES, 2014), nos levariam muito longe do nosso objeto mediador: a sociologia jurídica. Esta, enquanto campo articulado de mobilizações em torno da ciência do direito, do ensino e da pesquisa, surgiria apenas no contexto de institucionalização da universidade. Esse contexto é o de *modernização* do país. Entender, portanto, como o projeto modernizador atravessou o pensamento jurídico parece um bom ponto de partida. Antes, no entanto, seria necessário entender em qual sentido falamos de “pensamento jurídico”.

1.1. A propósito do método: um campo de estudos para o pensamento jurídico

Ao longo deste século XXI, os estudos sobre o chamado *pensamento político-social* brasileiro se proliferaram nos programas de pós-graduação em ciências sociais e ciência política (LYNCH, 2013, p. 727-728; 2016, p. 75), constituindo um verdadeiro campo independente de pesquisas. No direito, no entanto, não há nada remotamente parecido com um campo assim, a despeito do fato de que inúmeros dos nossos “pensadores sociais” foram também, ou principalmente, juristas.

Como nota Wanderley Guilherme dos Santos, em estudo referencial sobre o pensamento político-social brasileiro¹:

O papel desempenhado na evolução da cultura européia pela Filosofia, isto é, o de ser a grande matriz que incorporava todo tipo de conhecimento e saber, que gradativamente se foram tomando autônomos, inclusive organizacionalmente, foi no Brasil empreendido pelas Faculdades de Direito e pelos sistemas jurídicos. A inexistência de instituições especializadas, entre outras razões, fez com que os estudiosos dos problemas sociais, econômicos e políticos se refugassem nas escolas de Direito e aí desenvolvessem seus estudos e reflexões. Assim, é nas escolas de Direito que se discute, estuda e critica não apenas teorias jurídicas, mas também econômicas (cursos de economia política fizeram parte desde o início das escolas jurídicas), administrativas, sociológicas

¹ Sobre a centralidade do estudo de Santos, v. LYNCH, 2013, p. 728.

e políticas. E isto durante todo o século XIX e parte do presente. (SANTOS, 1978, p. 21-22)

Apenas essa constatação já seria suficiente para nos alertar sobre possibilidades de investigação do pensamento jurídico ainda não exploradas. Quando se afirma que nas escolas de direito “se discute, estuda e critica não apenas teorias jurídicas”, mas também econômicas, sociológicas etc., revela-se a complexidade conjuntural a que estiveram submetidos nossos juristas. Na formulação de Luis Felipe Alencastro (1987, 1998), os bacharéis brasileiros foram portadores de um *fardo*: eram responsáveis, por meio do aparelho estatal, pela tarefa de “civilizar” o povo, e mesmo a elite não suficientemente empenhada no projeto de construção nacional². Essa complexidade da posição dos juristas, mais do que os revelar como pensadores sociais, poderia mostrar a importância da compreensão de seu pensamento *jurídico*, atravessado pelas necessidades de “construir a nação”.

Apesar disso, infelizmente não podemos nos basear em um campo de estudos do pensamento jurídico, que efetivamente inexistiu. Por isso, quando se coloca esse objeto em perspectiva, as alternativas teóricas e metodológicas não são muito amplas. De um lado, é possível realizar uma história intelectual ou uma história das ideias. De outro, está sempre disponível a alternativa da abordagem institucional, em vista da peculiaridade do pensamento em questão ser jurídico – e, como tal, profundamente imbricado na prática das instituições.

Dois trabalhos sobre o pensamento jurídico, mas realizados em perspectiva totalmente distinta entre si, podem ilustrar isso. José Reinaldo de Lima Lopes (2014) realizou um estudo sobre a constituição e as repercussões de uma vertente teórica do pensamento jurídico brasileiro na Primeira República, o *naturalismo*³. Para Lopes, trata-se de uma “história dos argumentos, de como surgiram e como se desenvolveram”, uma análise do

² O “fardo dos bacharéis” seria a expressão de certa ideologia civilizadora derivada de algumas constatações básicas: “Por um lado presumia-se que a nação brasileira só existia graças à ação de suas elites. Segundo este ponto de vista, somente as oligarquias regionais e os altos funcionários possuíam uma prática histórica suficientemente densa para captar a utilidade e o sentido da existência do Estado brasileiro. O elemento popular — quando intervinha na vida política — centrava sua ação exclusivamente nas questões locais e regionais, pondo de golpe a unidade nacional em risco. Por outro lado, a heterogeneidade cultural da sociedade, resultante da desterritorialização do mercado de trabalho, dava lugar a um tecido social disparatado. No espírito das classes dominantes, essas clivagens culturais justificavam a recusa dos direitos de cidadania às camadas da população dessocializadas em virtude da organização do mercado de trabalho. Até recentemente a proibição do voto aos analfabetos ilustrava essa recusa à cidadania” (ALENCASTRO, 1987, p. 70).

³ A propósito, o naturalismo parece ter sido a primeira vertente a formular aquela perspectiva sociológica do direito a que me referi, motivo pelo qual ainda voltarei muito à expressão e ao trabalho de Lopes.

“próprio processo de formação dos sentidos, dos quais os textos são os documentos” que deixam entrever um espaço de disputa (LOPES, 2014, p. 24)⁴. Andrei Koerner, por outro lado, tem um projeto de análise do pensamento jurídico *constitucional* pós-1988. Koerner toma como premissa que “o pensamento jurídico deve ser abordado não em termos de história das idéias ou de teorias abstratas do direito, mas da reflexão elaborada pela prática judicial, levando em conta suas vinculações com o campo jurídico, a política e a estrutura social”. Nesse sentido, seu objeto não são textos teóricos, mas “o aspecto produtivo da tomada de decisão judicial, o qual é criador de conceitos e técnicas jurídicos, assim como de concepções mais amplas sobre o poder político e sociedade” (KOERNER, 2009, p. 25).

As perspectivas se diferenciam, o que não significa, evidentemente, a correção de uma e a incorreção de outra, mas, sim, a distinção de enfoque dos projetos, que usam o termo “pensamento jurídico” em sentidos distintos. No primeiro caso, um estudo de história do direito, muito próximo à teoria do direito, que busca tratar do desenvolvimento histórico de determinado paradigma teórico. No segundo caso, um estudo de teoria política (ou ciência política, para usar a denominação preferida pelo campo), cujo propósito é compreender o sentido do pensamento político constitucional produzido contemporaneamente pela prática do controle de constitucionalidade.

É claro que seria possível, invertendo as perspectivas, estudar o naturalismo como uma doutrina judicial, ou seja, mobilizada pelos juízes na sua atuação institucional, assim como é possível estudar o constitucionalismo como uma doutrina teórica. Mas – e aqui parece haver uma questão de ênfase determinada pelo próprio objeto e o enfoque adotado pelo pesquisador – é possível supor que o naturalismo foi, historicamente, muito *mais* uma teoria do direito do que uma teoria judicial, enquanto o constitucionalismo *pode ser visto* antes como uma teoria judicial ou institucional do que um paradigma teórico.

Como isso nos deixa em relação à nossa própria pesquisa? Penso que é necessário, desde logo, assumir que estamos usando pensamento jurídico no sentido primordial de *ciência do direito*, pois, como se verá, este é o termo que os próprios autores formulam para tratar do problema que visamos investigar, ou seja, o surgimento e desenvolvimento de determinada concepção social do direito. Isso quer dizer que essa concepção, pelo menos no enfoque que desejamos estudar aqui – vale dizer, como elemento *modernizador* do campo

⁴ Nesse sentido, Lopes diferencia a história intelectual, que é o que pretende fazer, de uma história das ideias, que consistiria em tomar textos como dados e aferir seu impacto na cultura (LOPES, 2014, p. 24).

jurídico – não surgiu em uma prática judicial, mas como um elemento de teoria jurídica, articulado em textos doutrinários, e em grande parte das vezes produzidos no contexto das escolas de direito ou das universidades. Nesse sentido também, são os próprios autores que ligam a ciência do direito ao ensino e à pesquisa – ainda que isso só vá ocorrer, como será exposto, a partir da metade do século XX. Sendo assim, podemos tomar aqui pensamento jurídico e ciência do direito como termos intercambiáveis, notando ainda que, no interior de uma concepção de ciência do direito, há diversas formulações sobre ensino jurídico e pesquisa.

Neste passo, o método de investigação adotado se aproxima muito àquele delineado por Lopes, ou seja, o de uma história intelectual, pois tenta investigar os processos de produção de sentidos diversos para a ciência do direito. Concordo que, numa investigação desse tipo, história e teoria do direito não se separam com precisão – “trata-se da história de um campo de atividade: para fazê-la, é preciso dominar esse campo de atividade, ou seja, conhecê-lo por dentro, em seus princípios, conceitos e pressupostos” (LOPES, 2014, p. 29). Sendo assim, esta pesquisa reivindica seu espaço no campo da *teoria do direito*, ainda que feita sob a perspectiva da história⁵.

Não pretendo, contudo, ao fazer a reconstrução histórica, imputar à prática a ser reconstruída uma teoria prévia, supostamente mais correta, sim, distinguir em que sentido (*histórico*) a própria prática se desenvolveu. Sendo assim, não é minha intenção *julgar* a correção ou equívoco das diferentes teorias apresentadas, mas revelar seus traços de maneira a compreender quais expectativas, autocompreensões e valores foram formulados nessa prática⁶. Esse esforço seria, a bem da verdade, apenas um passo inicial para um projeto mais amplo de reconstrução⁷ da prática jurídica brasileira. Esse passo, porém, me parece crucial,

⁵ Creio que é em sentido semelhante que Christian Lynch (2013, 2016), num esforço de reflexividade sobre o campo do pensamento político-social brasileiro, reivindica a noção de “teoria” para o campo, buscando entender por que, ao revés, qualquer teoria produzida na periferia se transforma em “pensamento”. Nesse sentido: “É o caso de pensar se o horizonte último da disciplina de PPB não seria o de sua dissolução na na teoria política. Para tanto, será necessário aguardar o dia em que o PPB terá perdido o complexo de inferioridade, e a nossa teoria política, o eurocentrismo que sempre a contaminou” (LYNCH, 2016, p. 113).

⁶ Pode parecer um contrassenso falar da “teoria do direito” como “prática”, mas o faço inspirada pelo interpretativismo de Ronald Dworkin (1986), que propõe enxergar a própria teoria do direito como uma prática em nível mais abstrato. Isso porque qualquer teoria jurídica, se voltada a responder à questão sobre o que é o direito – o que ele exige, proíbe, permite – estará engajada na própria prática jurídica, mesmo que esta não seja uma intenção consciente do teórico (sobre isso, v. REIS, 2013, especialmente cap. 2).

⁷ Uso *reconstrução*, aqui, no sentido em que essa expressão é elaborada pela teoria crítica: “A crítica reconstrutiva não aduz de fora para os destinatários os critérios normativos da crítica; pelo contrário, ela procura desenvolvê-los a partir de estruturas normativas das práticas constitutivas de um determinado contexto social (não incondicionalmente articuladas de maneira integral e explicitamente sabidas pelos destinatários) – mais exatamente, a partir de normas, valores, autocompreensões, expectativas e intuições ligadas a essas

uma vez que articula a dimensão acadêmica dessa prática, central na formação do imaginário de seus atores.

A respeito desse projeto de reconstrução histórica do pensamento jurídico, é importante pontuar, desde já, que, para a presente tese, duas categorias formuladas por Reinhart Koselleck, em seu projeto de história conceitual, serão relevantes: a de “espaço de experiência” e a de “horizonte de expectativa”. Ainda que esta pesquisa não pretenda fornecer uma história do conceito de “ciência jurídica”, nos exatos moldes preconizados por Koselleck, ela leva a sério a advertência deste autor, a respeito da necessidade de se atentar para o plano *diacrônico* de mobilização dos conceitos⁸. Isso significa, em outras palavras, que uma ideia central para a presente tese é a de que conceitos ou teorias têm um sentido que não se reduz a seu uso pragmático (sincrônico), ou seja, apenas no contexto em que são emitidos, e de que, ao revés, sobre eles incidem forças diacrônicas não controláveis plenamente pelo falante. Neste contexto é que, para abarcar essa relação entre passado e futuro, situada no presente, são mobilizadas as noções de Koselleck de “experiência” e “expectativa”: enquanto a primeira é situada (“espaço de experiência”), localizando o passado no presente, a segunda se prolonga (“horizonte de expectativa”), localizando o presente no futuro (KOSELLECK, 2006, p. 305-314). Tais noções serão aproveitadas de maneira produtiva para a análise do nosso objeto, como será esclarecido ao final do tópico 1.3., sobre a periodização que delimita esta pesquisa.

práticas. A reconstrução representa, de acordo com isso, a tentativa de tornar explícito um conteúdo normativo implícito. Ela é uma construção de segunda ordem, na medida em que ela se reporta às práticas e autocompreensões dos atores “ordinários” e a suas construções reflexivas de primeira ordem” (CELIKATES *apud* REPA, 2017, p. 10-11).

⁸ Sobre isso, “Eu só posso ser compreendido se um mínimo de repetição da semântica estiver pressuposto. E assim os senhores têm uma outra possibilidade da história, a ser pensada não apenas de forma linear sucessiva. Devemos partir teoricamente da possibilidade de que em cada uso pragmático da linguagem (*Sprachpragmatik*), que é sempre sincrônico, e relativo a uma situação específica, esteja contida também uma diacronia. Toda sincronia contém sempre uma diacronia presente na semântica, indicando temporalidades diversas que não posso alterar. E aqui situa-se o ponto que pode sustentar minha defesa de uma história dos conceitos: ela pode ser escrita, posto que em cada utilização específica (*situative Verwendung*) de um conceito, estão contidas forças diacrônicas sobre as quais eu não tenho nenhum poder e que se expressam pela semântica. As mudanças neste campo são muito mais lentas do que no campo do uso pragmático da língua” (KOSELLECK, 1992, p. 8).

1.2. Por que modernização crítica

O projeto modernizador nacional-desenvolvimentista que se instaura no Brasil a partir da década de 1930, como um esforço de criação de um país autônomo, não se reduziu ao campo econômico e a sua estratégia de “substituição de importações” – tentativa de criar indústria e mercado interno próprios. Pelo contrário, o projeto, assumindo a forma de um amplo consenso, só poderia se colocar como uma tentativa de modernização *total*, se também abarcasse os campos social, político e cultural: “[criar] um país moderno significava criar instituições que ao mesmo tempo estimulassem e fossem compatíveis com esse desenvolvimento econômico” (NOBRE, 2012, p. 15).

Neste momento, o que se convencionou chamar de “bacharelismo” (VENÂNCIO FILHO, 1976; ADORNO, 1988), e se apresentava como o padrão cultural dominante das elites, passou a ser fortemente combatido. Já em 1922, o modernismo paulista promovia uma ruptura, questionando a ordem posta por meio da busca do elemento genuinamente “nacional” e “popular”. Anos depois, a Revolução de 30 e o Estado Novo aprofundaram de vez a politização da produção cultural, “trazendo à tona uma identidade intelectual que se define pela tentativa de construir, como se fossem termos intercambiáveis, a nação, o povo e o moderno”, e fazem do Estado o condutor definitivo do projeto modernizador, ator para o qual se voltam todas as inquietações (LAHUERTA, 1997, p. 95).

O nacional-desenvolvimentismo então instaurado passa, então, a ser a estrutura matriz das transformações sociais, a força de combate aos arcaísmos de diversas espécies que se colocam no caminho do projeto modernizador. Um arcaísmo em especial, a cultura “bacharelesca”, é diretamente associado às faculdades de direito – que, estabelecidas em 1827, estão entre as primeiras instituições de ensino superior do país – e a seu humanismo tido como difuso e retórico, assim como a seu liberalismo visto como idealizante e mistificador. Essas transformações e esse combate, no entanto, raramente analisadas vistas de uma perspectiva *interna* ao campo jurídico.

Mas, também neste campo, esteve em curso um projeto modernizador. Ainda que as faculdades de direito, elas mesmas, tenham sido identificadas com certo “arcaísmo”, foi dentro delas que se colocaram as primeiras tentativas de reformá-las, a partir da percepção de que o ensino jurídico já não correspondia à preparação necessária para se operar o direito

que surgia no bojo do nacional-desenvolvimentismo. Esse descompasso que se identificava entre a cultura jurídica transmitida pelas faculdades e o “país real” que se descortinava no início do século XX esteve, sob diferentes avaliações e resultando em diferentes propostas, no centro de um pensamento que tentou reformular nossos modelos de ciência jurídica e, em alguns casos, de se ensinar e pesquisar o direito no país.

A proposta da presente tese é a *recuperação e a reinterpretação desse pensamento, inserindo-o em seu contexto e ligando-o a seus atores e suas respectivas posições no campo jurídico*. Para isso, propõe-se uma chave de leitura do pensamento modernizador que não se limita a identificá-lo com o autoritarismo e o dirigismo estatais.

Especialmente no direito, é comum uma associação clara entre modernização e autoritarismo⁹. Nessa perspectiva, a crítica dos juristas *modernos* se formulou contra os “bacharéis”, cujo excessivo formalismo era visto como um entrave ao desenvolvimento e cujo liberalismo era concebido uma mistificação que desconsidera a realidade concreta do país. Esse projeto de modernização autoritária é muito bem representado, como veremos, pela defesa do corporativismo – ideologia fundamental do regime autoritário varguista – feita por um jurista como Oliveira Vianna (1883-1951).

Se olharmos com atenção, no entanto, veremos que também nas faculdades de direito, houve projetos de modernização do pensamento que se descolam do autoritarismo estatal, formulando noções de democracia, legitimidade e justiça, todas em conexão com o direito, em oposição, portanto, tanto a um formalismo conceitualista (como é o caso no liberalismo “arcaico”) quanto a um instrumentalismo legalista (como é o caso no corporativismo)¹⁰.

⁹ A vinculação entre o pensamento modernizador até 1930 e o autoritarismo é comum na literatura. Nesse sentido: “A associação feita entre ‘atraso’, poder oligárquico e liberalismo constitucional aproxima paulatinamente o nacionalismo, de matriz organicista e corporativa, das posturas da esquerda que resultam da combinação do jacobinismo da juventude militar com a versão militarizada do comunismo da III Internacional. É por isso que, mesmo divergindo quanto ao caminho, há um caldo de cultura comum entre as várias correntes intelectuais que fará que, durante muito tempo, as questões relativas a uma ordem política democrática fiquem relegadas a um plano absolutamente secundário” (LAHUERTA, 1997, p. 98).

¹⁰ A oposição do instrumentalismo ao conceitualismo nas primeiras décadas do século XX é também tratada por LOPES e GARCIA NETO: “O ataque ao conceitualismo sugeria que, com o fim de superar as formas tradicionais de pensamento, o direito devia ser tratado como um fenômeno social: teria que se converter em uma ferramenta de elaboração de políticas públicas” (LOPES, GARCIA NETO, 2011, p. 120, tradução da autora).

Como nota Marcos Nobre ao analisar as universidades e especialmente o curso de filosofia como espaço fundamental do projeto modernizador¹¹, há uma tensão fundamental entre a versão autoritária e a versão democrática do nacional-desenvolvimentismo (NOBRE, 2012, p. 16). Para este autor, o desenvolvimento da universidade brasileira foi moldado por essa tensão, sendo que a vertente democrática acabou por se tornar hegemônica ao menos no âmbito acadêmico-institucional. Essa vertente se consolidou no chamado paradigma da “formação”, que tem como obras emblemáticas *Formação do Brasil Contemporâneo* (Caio Prado Junior, 1942), *Formação da literatura brasileira* (Antonio Candido de Mello e Souza, 1957) e *Formação econômica do Brasil* (Celso Furtado, 1959).

Os autores desse paradigma teriam ressaltado a vinculação indissolúvel entre “modernização” e “democracia”, “modernidade” e “justiça social”, e também colocado às claras o autoritarismo do projeto autoritário que prevaleceu até 1945. A universidade, assim, funcionou como uma espécie de “fiel depositária” do projeto democrático: manteve vivo o que era possível de debate público durante o período repressivo e conseguiu ser comparativamente menos atingida pelo desmantelamento organizacional promovido pela ditadura, passando por um período mesmo de expansão quantitativa e qualitativa, apesar das restrições impostas pelo regime (NOBRE, 2012, p. 17-18).

No diagnóstico de Nobre, o período ditatorial que se inicia em 1964 instaura um “momento reflexivo” da “formação”, no qual a “positividade” anterior, refletida na identificação da “progressiva cristalização de instituições sociais que representavam realizações, mesmo que parciais e incompletas, do ‘moderno brasileiro’” – o “mercado interno” para Celso Furtado, o “sistema literário” para Antonio Candido – dá lugar à necessidade de compreender como um projeto político autoritário pode levar adiante o processo modernizador, rompendo o vínculo entre “modernização” e “democracia”, anteriormente reafirmado (*Idem*, p. 25). Era, em outras palavras, necessário ressaltar alguma “negatividade” até então encoberta, sem deixar de lado o sentido progressista dos diagnósticos anteriores. E isso foi feito, “como no caso do momento anterior, com uma originalidade de amplas consequências: formulou esse ‘negativo’ e essa ‘negatividade’ *não*

¹¹ “A universidade vinculou-se a esse projeto de modernização em duas frentes. Primeiramente, como lugar privilegiado da produção da autocompreensão moderna do país, como instituição capaz de identificar em suas raízes os “arcaísmos” a serem superados e os meios “modernos” para tanto – não por último fornecendo ao Estado os quadros capazes de planejar e administrar o próprio processo de modernização. Em segundo lugar, como centro de formação de profissionais qualificados em todas as áreas, capazes de responder à altura às exigências do processo de complexificação social resultante da própria modernização” (NOBRE, 2012, p. 16).

como *falta* ou como *carência*, mas em termos de *elementos constitutivos* de uma *modernização forçada em condições de subdesenvolvimento*” (NOBRE, 2012, p. 34, grifos no original).

Na filosofia, este é o momento no qual a vertente democrática do nacional-desenvolvimentismo, o paradigma da “formação”, torna-se definitivamente hegemônica. Os marcos do período são o “Seminário Marx”, que se institucionaliza a partir de 1969 no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), e os ensaios “Crítica à razão dualista” (Francisco de Oliveira, 1972) e “As ideias fora do lugar” (Roberto Schwarz, 1977). Este último, sistematizando para além do campo econômico a leitura de que “moderno” e “arcaico” não são um par que se opõe, mas antes um amálgama na formação do país, expõe todo o caráter ideológico do dualismo: o deslocamento do ideal “moderno” como um projeto autêntico de modernização, ao mesmo tempo em que esse mesmo ideal cumpre um papel importante de legitimação da dominação periférica (NOBRE, 2012, p. 26-27).

Esses são marcos importantes e conhecidos do pensamento social e não caberia aqui retomá-los em detalhes. O que importa é, voltando ao campo jurídico, entender se também o pensamento sobre o direito atravessou tais momentos, como se deu essa travessia, e quais são os sedimentos acumulados para o pensamento jurídico atual. E a meu ver, à maneira do paradigma da “formação”, no decorrer do século XX, a vertente democrática do projeto modernizador do campo jurídico parece ter tido também o seu momento de “afiar o gume crítico”. Para o direito, no entanto, à diferença da filosofia, esse momento apresenta uma tensão especial.

Isso porque o direito, uma “faculdade superior”, para usar a clássica formulação de Kant em *O Conflito das Faculdades* (KANT, 1993 [1798])¹², é uma disciplina notoriamente *prática*, que tem por objetivo o treinamento para um ofício *institucional*; como tal, está muito mais sujeito que a filosofia a intervenções e dirigismos por parte do Estado. Assim, de forma ainda mais acentuada que em qualquer outra disciplina, são os momentos de *crise* que deixam mais evidente a necessidade de avanço do pensamento jurídico. Pierre Bourdieu, no seu clássico texto sobre a sociologia do campo jurídico, de 1986, formulou isso de forma precisa:

¹² Para Kant, direito, medicina e teologia são as “faculdades superiores”, voltadas para ofícios práticos e, como tal, sujeitas a controles que não poderiam ser opostos à faculdade de filosofia, cuja missão de esclarecimento precisaria de liberdade incondicional para ser desenvolvida.

No *Conflito de Faculdades*, Kant notou que as “disciplinas superiores” – teologia, direito e medicina – são claramente incumbidas com uma função social. Em cada uma dessas disciplinas, uma séria crise no contrato pelo qual essa função foi delegada deve, em geral, ocorrer, antes que a questão de seu *fundamento* seja vista como um problema real da prática social. Isso parece estar acontecendo hoje. (BOURDIEU, 1986/1987, p. 819)

É por essa razão que, ao examinarmos a modernização do pensamento jurídico brasileiro, o conceito de *crise* é muito mobilizado, especialmente na ideia tantas vezes repisada de “crise do ensino jurídico”, que parece ter sido considerada a versão mais adequada para a se propor uma mudança do próprio direito. Mas também a ideia mais evidente de “crise do direito” será colocada e, nesse momento, será de fato possível falar em uma reflexão sobre os próprios *fundamentos* do direito e da ciência jurídica. Esse momento coincidirá com o segundo período de autoritarismo do século XX, e se prolongará até pelo menos o fim da década de 80.

Ao falar em modernização *crítica*, portanto, estamos formulando de forma explícita (talvez redundante) algo que nos parece ser incontestável: o avanço do pensamento jurídico supõe uma *crise* que atinge os fundamentos do próprio direito. Nesse contexto, formulam-se noções críticas aos paradigmas tradicionais da ciência jurídica. Nem sempre, no entanto, será possível refundar essa ciência em bases diversas. A noção de crítica é extremamente polissêmica e, no campo jurídico, em especial no campo do ensino, talvez tenha se tornado uma espécie de lugar-comum¹³. Por isso, associá-la à ideia de modernização permite melhor esclarecimento sobre seu sentido. Assim, é no sentido de *movimentos modernizadores* que iremos analisar os *movimentos de crítica jurídica*.

Neste passo, há certa característica da crítica jurídica *brasileira* que parece ainda não ter sido devidamente apreciada. Fazendo um estudo comparativo entre Argentina, Colômbia

¹³ Nesse sentido, os autores de uma das únicas pesquisas que pretenderam organizar o campo da crítica jurídica no país afirmam: “Todos aqueles que hoje participam, de alguma forma, do processo de entrada, permanência e disputa no campo do ensino do direito no Brasil já tiveram, nos seus respectivos posicionamentos vis-à-vis das temáticas próprias a esse referido campo, algum tipo de contato com a referência do tema da crítica. Com efeito, essa temática constitui-se mesmo em um conhecido lugar-comum: a necessária orientação crítica que deve nortear o ensino do direito. A constituição desse lugar-comum deve-se a uma série de fatores: podemos sustentar que diferentes referenciais teóricos, contextos específicos, atores diferenciados são esquecidos, ao mesmo tempo em que outros referenciais são criados nesse processo de constituição da necessária orientação crítica como lugar-comum no ensino do direito” (FRAGALE FILHO e ALVIM, 2007, p. 139-140).

e Brasil, os pesquisadores colombianos Maria Paula Saffon e Mauricio Villegas afirmam que, em comparação com os países vizinhos, no Brasil, os movimentos críticos foram muito mais *internos* ao próprio direito, não se limitando a fazer uma crítica do poder, mas de fato *produzindo teorias do direito e teorias sócio-jurídicas*, inclusive incorporando reflexões técnico-jurídicas à crítica. (SAFFON e VILLEGAS, 2011, p. 168)

As diferenças são atribuídas a quatro fatores. Em primeiro lugar, aos diferentes alcances e sentidos da crise de legitimidade do Estado nos três países durante os regimes ditatoriais. No Brasil, o “desprestígio” do regime político e do próprio direito não teria sido tão grande como nos outros países e, quanto maior esse desprestígio, mais radical resultaria a crítica jurídica. Em segundo lugar, essa radicalidade teria resultado nos demais países apenas na elaboração de uma “grande teoria política da dominação”, sem maiores interesses nos assuntos técnico-jurídicos e na própria investigação sócio-jurídica. O direito seria então visto e explicada apenas por elementos externos (estruturas econômicas e políticas) e não como um objeto epistemológico próprio. Em terceiro lugar, no Brasil teria havido maior vinculação entre movimentos sociais e crítica, assim como maior interesse dos próprios sociólogos no direito, enquanto que na Argentina e na Colômbia os críticos seriam exclusivamente juristas. Por fim, o “maior desenvolvimento da universidade no Brasil e sobretudo seu caráter mais inclusivo” teria permitido “maior recepção de ideias críticas provenientes da sociologia¹⁴ e do direito europeu e estadunidense, as quais serviram para dar aos desenvolvimentos críticos uma maior complexidade e uma ampla capacidade em relação ao que acontecia no Brasil naqueles anos” (SAFFON e VILLEGAS, 2011, p. 169-170).

A julgar por esse diagnóstico, poderia se esperar que a teoria jurídica brasileira tivesse sofrido amplos aportes do pensamento crítico. E, no entanto, não parece ser exatamente este o caso. A julgar pela persistente noção de “crise do ensino” e da tantas vezes referida falta de pesquisas e de produção de conhecimento no campo jurídico, que só nos últimos anos estaria sendo mitigada, parece que ainda persistem arcaísmos diversos no direito enquanto disciplina acadêmica. Para compreender essas persistências, é imprescindível a reconstrução do projeto de modernização.

Minha *hipótese* é a de que esse projeto foi atravessado por *urgências políticas* diversas, que de certa forma diluíram seu caráter teórico e reduziram a possibilidade de

¹⁴ É relevante que a Sociologia tenha sido incluída nos cursos jurídicos brasileiros já na década de 1970, mais precisamente em 1972, por resolução do Conselho Federal de Educação.

acúmulo. Acúmulo, aliás, que se apresenta como ausência notável na nossa produção intelectual, especialmente na produção jurídica, onde ainda parece muito longínqua a possibilidade de começarmos a estudar sistematicamente nossa própria teoria. Roberto Schwarz¹⁵, no campo da literatura, assim formulou o problema:

Tem sido observado que a cada geração a vida intelectual no Brasil parece recomeçar do zero. O apetite pela produção recente dos países avançados milita muitas vezes em como avesso o *desinteresse pelo trabalho da geração anterior, e a conseqüente descontinuidade da reflexão*. Conforme notava Machado de Assis em 1879, "o influxo externo é que determina a direção do movimento". Que significa a preterição do influxo interno, aliás menos inevitável hoje do que naquele tempo? Não é preciso ser adepto da tradição ou de uma impossível autarquia intelectual para reconhecer os *inconvenientes desta praxe, a que falta a convicção não só das teorias, logo trocadas, mas também de suas implicações menos próximas, de sua relação com o movimento social conjunto, e, ao fim e ao cabo, da relevância do próprio trabalho e dos assuntos estudados*. Percepções e teses notáveis a respeito da cultura do país são decapitadas periodicamente, e problemas a muito custo identificados e assumidos ficam sem o desdobramento que lhes poderia corresponder. O prejuízo acarretado se pode comprovar pela via contrária, lembrando a estatura isolada de uns poucos escritores como Machado de Assis, Mário de Andrade e, hoje, Antonio Candido, cuja qualidade se prende a este ponto. A nenhum deles faltou informação nem abertura para a atualidade. Entretanto, todos souberam retomar criticamente e em larga escala o trabalho dos predecessores, entendido não como peso morto, mas como elemento dinâmico e irresolvido, subjacente às contradições contemporâneas. (SCHWARZ, 1997, p. 30-31, grifos acrescentados)

Não se trata aí da defesa de um nacionalismo tosco, como se pudéssemos encontrar o verdadeiro caráter nacional *subtraindo* de nossa tradição intelectual tudo o que aqui não

¹⁵ A citação me foi sugerida por um instigante texto de Samuel Barbosa, em que trata da obra de Tercio Sampaio Ferraz Jr. sob a ótica do problema da acumulação literária. Barbosa aponta que Ferraz Jr., ao longo de sua obra, persistiu em suas apostas teóricas, resistindo ao ritmo acelerado da mudança de teorias, ao mesmo tempo em que não deixava de ter interlocução com seus pares (BARBOSA, 2010). Certamente aí reside uma força da obra de Ferraz Jr. Aqui me refiro ao problema da acumulação literário, no entanto, talvez mais como uma questão intergeracional, e não tanto na perspectiva da reflexão de um só autor. Nesse sentido, mesmo uma concepção rica como a de dogmática jurídica formulada por Ferraz Jr. (e as diversas críticas que foram a ela dirigidas, como veremos) parece não ter muita centralidade no horizonte de estudos que predomina na teoria do direito no Brasil, muito sujeita ainda ao desfile de teorias estrangeiras.

pertencesse, e reproduzindo esse “nacional verdadeiro”, numa continuidade pela continuidade¹⁶. O que se advoga, antes, é a “a constituição de um campo de problemas reais, particulares, com inserção e duração histórica próprias, que recolha as forças em presença e solicite o passo adiante” (Idem, p. 31).

A constituição desse campo, um campo próprio de acumulação literária, em que predomine intensa *reflexividade* sobre a própria atividade teórica, parece ser um horizonte desejável para o avanço do pensamento jurídico no país. É também nesse sentido que busquei realizar esta pesquisa.

1.3. Periodização

Alguns trabalhos de reconstrução dos movimentos de crítica jurídica já esboçaram uma periodização para o campo. Em uma pesquisa na qual os autores identificam os movimentos de crítica jurídica com a noção de “estudos sócio-jurídicos”, é proposta a existência de três grandes “ondas” de estudos sociais sobre o direito no Brasil (LOPES e FREITAS FILHO, 2014, p. 92). A primeira teria se dado no fim do século XIX e início do século XX (1870-1920), com um grupo de filósofos e teóricos sociais que conceberam o direito como um fenômeno natural a ser estudado por uma ciência social abrangente, elaborando assim uma espécie de teoria jurídica naturalista (LOPES, 2014). A segunda onda teria ocorrido nos anos 1930, já no contexto da modernização, mas teria sido levada adiante por juristas preocupados somente com a criação de um direito socialmente efetivo, ajustado à realidade do país. Aqui estaria localizado o pensamento modernizante de corte autoritário e corporativista, além de algumas formulações socialistas (ambas compartilhando um pensamento político antiliberal), e esse período teria sido marcado por um forte instrumentalismo que deixou de lado o ponto de vista especificamente jurídico (LOPES e GARCIA NETO, 2011). Por fim, estaríamos vivendo hoje uma terceira onda, que pode ser

¹⁶ O título desse ensaio é, justamente, “Nacional por subtração”, e Schwarz tem por objetivo criticar essa prática como uma saída adequada para a ausência de acúmulo.

remetida ao estabelecimento, por resolução do Conselho de Educação Federal em 1972, do ensino obrigatório de Sociologia nos primeiros anos do curso jurídico.

Essa periodização deixa de enfatizar um desenvolvimento central no processo modernizador: a reivindicação da sociologia jurídica como disciplina-chave para a refundação da ciência do direito no país. Ainda que o rótulo “sociologia jurídica” seja comum no pensamento naturalista das primeiras décadas do século, é apenas a partir de 1960, como veremos, que passa a se postular essa disciplina, enquanto campo de estudos próprio, como necessária à formação jurídica.

Tendo isso em conta, esta pesquisa organiza o campo em dois grandes momentos, que são vistos, ademais, como dois contextos diversos de *crise* dos fundamentos da ciência do direito. O primeiro contexto é o momento do que poderíamos chamar de *construção nacional*. O segundo é de *legitimação do direito*. Esses dois termos designam o *horizonte de expectativas* que permeou os esforços de renovação da ciência do direito. No momento da construção nacional, colocam-se em oposição concepções de direito democráticas e autoritárias. No segundo momento, apenas a democracia é admitida como horizonte. Enquanto o espaço de experiência do primeiro momento é o da *política institucional*, do segundo, é a *universidade*. São esses os ambientes institucionalizados que se colocam como possibilidade de atuação privilegiada para nossos autores.

O primeiro contexto inicia-se com a Revolução de 1930 e termina com a experiência democrática de 1946-1964. O segundo contexto tem início com a ditadura militar de 1962 e se encerra com a transição democrática. Se pensarmos em termos de marcos institucionais do ensino jurídico, o trabalho tem início com a reforma universitária feita pelo ministro da educação Francisco Campos em 1931, e finaliza com a reforma do ensino jurídico de 1994, na qual a sociologia (geral e jurídica) é incluída no currículo mínimo dos cursos de direito. A clássica intervenção de San Tiago Dantas sobre a crise do ensino jurídico, feita em 1955, é o momento de transição entre os dois contextos.

1.4. Algumas advertências

Tendo em vista todo o exposto, cabem algumas advertências sobre tarefas que esta pesquisa *não* pretende cumprir. Em primeiro lugar, não se pretende realizar um estudo sobre o ensino jurídico no país, nem uma história da sociologia jurídica. Tanto um quanto outro tema já foram tratados em muitos detalhes e reflexão por outros pesquisadores (sobre o ensino jurídico, v. VENÂNCIO FILHO, 1977, BASTOS, 2000; sobre a sociologia jurídica, JUNQUEIRA, 1993, 1995, 2001, OLIVEIRA, 2004, JUNQUEIRA e OLIVEIRA, 2002).

Também não se trata de uma análise extensiva de autores, cuja obra é reconstruída apenas para os fins da pesquisa, ou seja, para sua contextualização no processo de modernização da ciência jurídica, e não para elencar suas concepções mais importantes ou mais interessantes. A citação, às vezes longa, de vários trechos, se fez necessária, e, sempre que possível, discussões mais extensas sobre algum ponto são feitas em notas de rodapé.

Por fim, a pesquisa também não se preocupa com o problema da recepção, ou seja, não discute em profundidade em que medida nossos autores foram influenciados por uma ou outra teoria estrangeira em voga. Localiza-os, é certo, nos debates do período, mas apenas na medida em que isso é necessário para compreender suas próprias propostas. Também se vale de alguns dados biográficos e de aportes da sociologia dos intelectuais.

4. Conclusões e perspectivas

Esta pesquisa buscou evidenciar o processo de modernização do pensamento jurídico brasileiro ao longo do século XX, com foco nos movimentos de crítica jurídica, ou seja, em perspectivas teóricas que questionaram os paradigmas científicos então tradicionais, e disputaram, no interior do campo, a concepção de ciência do direito dominante no país.

Para tanto, em vista de reconstruir os sentidos destes movimentos de crítica no rumo modernizador do pensamento jurídico brasileiro, as noções de espaço de experiência e horizonte de expectativas serviram para organizar este processo em, fundamentalmente, *dois* momentos diversos, em uma temporalidade que se inicia na Revolução de 30 e termina na redemocratização.

No primeiro destes momentos, que vai de 1930 a 1964, buscou-se mostrar como o horizonte de expectativas que se colocava à maioria dos juristas críticos da época era o da construção do Estado e da nação, e como o espaço de experiência em que se moviam era o da política institucional. Nesse plano, expôs-se como importantes juristas do período eram, também, políticos profissionais, e como suas discussões sobre ciência do direito tinham um fim nitidamente instrumental: o de fornecer concepções adequadas para a atuação do Estado no seio social. O sentido deste movimento de crítica jurídica de matriz autoritária, ou de nosso “realismo à brasileira”, foi, então, revelado como tendo como objetivo central uma suposta reconexão entre o “país real” e o “país legal”.

Ainda neste primeiro momento, também juristas com preocupações *democráticas* desempenharam um papel relevante nos movimentos de crítica do período. Em especial, mostrou-se como tais juristas (que, ao contrário dos autoritários, tiveram importante atuação docente), ao se oporem a um jusnaturalismo católico que ainda se fazia presente nas faculdades de direito, elaboraram uma concepção de ciência jurídica naturalista que mobilizava conceitos valorativos como democracia, liberdade e justiça, e que tinha, portanto, preocupações com questões de legitimidade. Indicou-se, contudo, que tais concepções não receberam uma discussão teórica aprofundada. Os juristas progressistas do período, movendo-se fundamentalmente no espaço da política, não legaram, às gerações futuras, uma reflexão propriamente metodológica sobre a ciência do direito.

Esta limitação somente veio a se alterar com a institucionalização do ambiente universitário, isto é, quando a universidade passou a ser, em substituição à política, o espaço de experiência dos juristas que buscaram modernizar o pensamento jurídico do país. San Tiago Dantas foi apontado como uma figura de transição do período que antecederia, pois, ao formular pretensões de legitimidade do direito por meio da pretensão de reformas dos cursos jurídicos, lançou as bases que constituirão o horizonte de expectativas dos juristas do período seguinte.

No segundo dos momentos identificados, mostrou-se como, a partir da instauração do regime autoritário de 1964, surgiram, no interior do campo jurídico, numerosas disputas em torno da ciência do direito no país. Tais disputas se aglutinaram por meio da reivindicação da sociologia jurídica como o campo do conhecimento que se mostrava mais apto à modernização do pensamento jurídico do país, e a partir do qual se lidaria com a questão da legitimidade do Direito. Para formular essa questão, os juristas críticos deste período promoveram uma crítica propriamente metodológica aos paradigmas tradicionais da ciência do direito então dominantes, considerados inadequados por serem excessivamente idealistas e dogmatizantes. Por meio desta crítica metodológica, eles levaram adiante as preocupações de San Tiago Dantas, passando a questionar, de forma cada vez mais intensa, o ensino jurídico tradicional e a ausência de pesquisas no campo jurídico acadêmico das faculdades da época.

Essa crítica metodológica teve sucesso em expandir o campo de preocupações dos juristas e incentivar a aproximação do direito com as demais ciências sociais. Mas não é possível dizer que ela tenha instaurado um novo modelo de ciência do direito no país – o que, na formulação dos próprios autores, era seu objetivo inicial, ainda que, ao longo dos anos 90, esse objetivo parece ter, de certa forma, se diluído.

Creio ser importante, na perspectiva de *acúmulo* anunciada logo no início deste trabalho, pensar a partir desse ponto. A crítica metodológica elaborada por nossos juristas críticos teve como horizonte a percepção de uma “necessidade crônica de legitimação do direito” nas sociedades complexas. Tendo isso em vista, pressionou fortemente a concepção *dogmática*, pois esta parecia ser uma espécie de obstáculo, na ciência do direito, para o adequado entendimento do problema da legitimidade.

Essa pressão foi exercida de diferentes formas. No modelo apresentado por Claudio Souto, seria necessária a elaboração de uma teoria empírica da justiça que informasse e aprimorasse a própria dogmática. No modelo de Lyra Filho, a própria noção de dogmática teria de ser completamente abandonada em favor de uma “ciência jurídica da libertação” (em paralelo à teologia da libertação), na qual o direito seria identificado com o próprio processo histórico. No modelo de José Eduardo Faria, por sua vez, a tensão entre dogmática e zetética foi elevada ao máximo grau, a ponto de possivelmente os dois tipos de conhecimento não mais se diferenciarem. No modelo de Luís Warat, o objetivo seria o desvelamento do exercício de poder presente nos discursos dogmáticos.

Esses modelos parecem estar inseridos em uma tendência de transformação daquilo que, por muito tempo, foi visto como o funcionamento *normal* da produção de conhecimento jurídico: a ideia de que a este deve ter como ponto de partida uma tese já posta – seja um entendimento jurídico que favoreça uma determinada parte, como no trabalho de um parecerista ou mesmo de um advogado, seja uma norma, uma decisão judicial, ou o *próprio ordenamento jurídico*.

Esta ideia figura na percepção ordinária de que o conhecimento jurídico, seja qual for sua espécie, estaria sempre comprometido com pontos de partida pré-fixados por uma *autoridade* ou pelo próprio *entendimento racional* do ordenamento. Em termos epistemológicos não seria absurdo, portanto, afirmar que o direito funciona a partir de um “paradigma de autoridade”:

Regras e normas, uma vez que são constitucionalmente válidas, tem uma autoridade absoluta. O comentador acadêmico pode criticar seu conteúdo, seus efeitos sociais, sua elaboração, sua falta de coerência ou estilo; assim também qualquer decisão emitida por uma corte de direito pode ser criticada por fundamentos similares. Mas o que não pode ser normalmente disputado é o seu status enquanto “direito”. O texto e a decisão da corte têm uma autoridade absoluta e, portanto, um importante aspecto do direito enquanto disciplina – um aspecto que ele compartilha com a teologia – é ser uma disciplina que impõe a si mesma um paradigma de *auctoritas*²³³. (SAMUEL, 2009, p. 437)

²³³ Tradução da autora.

Para o autor que formula essas reflexões, o “paradigma de autoridade” tem como contraponto um “paradigma de pesquisa” cuja existência no direito teria sido apenas episódica e circunstancial²³⁴. Ainda que seja possível problematizar essa específica descrição dos compromissos epistemológicos do direito, ela é um bom ponto de partida para uma hipótese sobre a reconfiguração da ciência do direito em tempos atuais.

Parece-me que os desconfortos referidos e tematizados em diversos momentos da presente tese – com a baixa qualidade da pesquisa jurídica do país, com o excessivo formalismo ou dogmatismo do conhecimento que se produz e se ensina nas faculdades de direito etc. – são produto de uma mudança derivada não somente das simples demandas de profissionalização do direito enquanto disciplina acadêmica (um incômodo, pode-se dizer, com a conformação *institucional* do ensino jurídico), mas também, e sobretudo, de um *transformação epistemológica* que decorre da própria posição do direito nas democracias de massa. Nelas, a prática jurídica é marcada, cada vez mais, por um teor de disputa argumentativa, seja na interpretação das normas, seja na própria identificação do direito, que coloca em xeque a *possibilidade mesma de se definir o direito como aquilo que é determinado pela autoridade*.

Na teoria social, esta percepção parece estar na base da ligação entre direito e democracia que constitui o ponto central do modelo crítico desenvolvido por Jürgen Habermas em sua obra *Facticidade e Validade*: nesta, o direito é definitivamente vinculado à democracia, como um meio que se constitui de forma recíproca à própria política; em segundo lugar, a partir dessa vinculação, o direito passa a funcionar como um *medium* que permite a tradução das demandas comunicativas formuladas na linguagem comum pelos atores das esferas públicas e privadas em códigos especializados de autorregulação de condutas, assim como o movimento contrário, de retradução desses códigos especializados na linguagem comum.²³⁵ Dessa forma, a circulação da linguagem jurídica pela sociedade, e

²³⁴ Segundo Samuel, a Escola Humanista Francesa teria rompido com a noção de *autorictas* dos textos romanos, até então dominante, ao buscar um método de estudo dos textos que enfatiza a história e a filologia, se afastando do paradigma de autoridade medieval. Instituiu-se aí um “paradigma de pesquisa”, mas que não pode perdurar: a autoridade dos textos, questionada pelos humanistas franceses, foi reposta pela autoridade da racionalidade científica. (SAMUEL, 2009, p. 443-44). O autor parece concluir, de forma radical, que o direito na verdade não conseguiria se desvencilhar de tal paradigma, apresentando, assim, pouco interesse para as demais ciências sociais. Apesar da descrição do paradigma da autoridade ser precisa para localizar os problemas metodológicos que rondam a ciência jurídica, a posição que adoto é, como se verá, diversa da de Samuel.

²³⁵ “A linguagem do direito reveste as comunicações do mundo da vida, oriundas da esfera pública e privada, com uma forma que permite serem assumidas também pelos códigos especializados dos sistemas de ação autorregulados - e vice-versa. Sem esse transformador, a linguagem comum não poderia circular por toda a sociedade” (HABERMAS, 1997a, p. 86).

a formulação de demandas de direitos na esfera pública, mostram que o direito democrático não pode ser apreendido apenas a partir do que é posto por autoridade.

Na teoria do direito, por sua vez, o caráter argumentativo da prática jurídica é central para a crítica ao positivismo que inaugura talvez o mais importante debate do século XX nesse campo, aquele travado entre H. L. A Hart e Ronald Dworkin. É a possibilidade do surgimento de *controvérsia* e *desacordo* numa prática social de seguimento de regras que determina, para Dworkin, a limitação do positivismo ao descrever o direito como uma espécie de convenção *aceita* por uma sociedade. Uma vez que o fundamento dos deveres e direitos jurídicos não necessariamente reside no compartilhamento de uma regra social, podendo estar fundado numa pretensão normativa não necessariamente compartilhada, não seria possível postular a *aceitação* de tais regras como a característica básica da prática jurídica (DWORKIN, 1978)²³⁶.

Esses breves apontamentos ilustram a hipótese de que, desvinculado do paradigma da autoridade, o direito é hoje um *medium* em disputa, e a ciência jurídica, que *esteve vinculada de perto ao paradigma positivista que enxergou o direito como um conjunto de decisões dotadas de autoridade*, precisaria ser reformulada para abarcar essa característica.

Estaríamos, assim, passando de um “paradigma de autoridade” ao que poderíamos denominar de “paradigma de argumentação” – termo mais apropriado que “paradigma de pesquisa” precisamente por permitir evidenciar que o conhecimento jurídico guarda a peculiaridade de ser em sua maior parte *normativo*, e como tal dever ser compreendido, sendo inadequado o anseio de aproximá-lo do conhecimento *descritivo* próprio de outras ciências sociais. Não por outro motivo, a sociologia jurídica se reivindicava normativa, como vimos.

A perspectiva de uma verdadeira transformação paradigmática do conhecimento jurídico – formulada aqui apenas em termos muito gerais, como linhas para um projeto futuro – poderia servir para avaliar o acúmulo teórico das nossas formulações de crítica jurídica.

Ao reconstruirmos a crítica metodológica apresentada na segunda metade do século XX, podemos situá-la, nessa perspectiva de transformação paradigmática, como um momento crucial, no qual o paradigma da autoridade foi formulado em termos amplamente

²³⁶ A “teoria da controvérsia” é o ponto de partida para a formulação da teoria interpretativa de Dworkin. Sobre isso, ver REIS, 2013, p. 39-45.

negativos. Essa formulação apontou a insuficiência desse paradigma na identificação do direito legítimo. Seria o caso de, recuperando as razões dessa insuficiência, pensar de que forma o pensamento jurídico pode avançar em direção a um novo paradigma.

FONTES PRIMÁRIAS

ADEODATO, João Mauricio. (1989) *O problema da legitimidade*. Rio de Janeiro: Forense.

_____. (1992) Para uma conceituação do direito alternativo. In: *Revista de Direito Alternativo*, n. 1, p. 157-174, São Paulo.

_____. (1997) *Filosofia do Direito*. São Paulo: Saraiva.

_____. (1999) Bases para uma Metodologia da Pesquisa em Direito. In: *Revista CEJ*, Brasília, Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, nº 7, abril de 1999.

ARRUDA JR., Edmundo Lima de (org.). (1991) *Lições de direito alternativo*. São Paulo: Acadêmica.

_____. (org.). (1992) *Lições de direito alternativo 2*. São Paulo: Acadêmica.

BASTOS, Aurélio Wander. (1978) *Os Cursos Jurídicos e as Elites Políticas Brasileiras – Ensaio sobre a Criação dos Cursos Jurídicos no Brasil*. Brasília, Câmara dos Deputados.

_____. (1991) Pesquisa jurídica no Brasil: diagnóstico e perspectivas. In: *Sequência*, v. 12, n. 23, UFSC, Florianópolis, 1991.

_____. (1998) *O Ensino Jurídico no Brasil*. Rio de Janeiro, Lumen Iuris.

BLASI, Paulo Henrique (1980). Apresentação. In: *Sequência*, v. 01, nº 01, UFSC, Florianópolis, 1980.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. (1997) *Direito e Democracia*. São Paulo: Max Limonad.

_____. ; FARIA, José Eduardo. (1991) *A sociologia jurídica no Brasil*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris.

- CAPELLER, Wanda de Lemos. (1991) Entre o ceticismo e a utopia: a sociologia jurídica latino-americana frente ao debate europeu. In: *Oñati Proceedings*, Onãti International Institute for the Sociology of Law, v. 6, p. 75-101.
- CARBONNIER, Jean. *Sociologia Jurídica*. (1979) Coimbra: Livraria Almedina.
- CUNHA, Rosa Maria Cardoso; WARAT, Luis Alberto. (1977) *Ensino e Saber Jurídico*. Rio de Janeiro: Eldora Tijucas.
- DANTAS, F. C. S. T. (1978/1979) [1941] Renovação do Direito. In: *Encontros da UnB*. Ensino Jurídico. Brasília: Universidade de Brasília.
- _____. (1978/1979) [1955] A educação jurídica e a crise brasileira. In: *Encontros da UnB*. Ensino Jurídico. Brasília: Universidade de Brasília.
- _____. (2009) [1955] A educação jurídica e a crise brasileira. In: *Cadernos FGV Direito Rio*. Vol. 3. Rio de Janeiro: FGV.
- _____. (1962) *Figuras do Direito*, Rio de Janeiro, José Olympio Editora.
- _____. (2004) [1963] Discurso proferido por Francisco Clementino San Tiago Dantas em agradecimento pelo premio “Homem de Visão de 1963”, outorgado pela Revista Visão. In: *Revista Brasileira de História*. Vol. 4. N. 47. São Paulo: Associação Nacional de História – ANPUH.
- DUARTE, Nestor (1993) [1933] *O Direito: noção e norma*. Rio de Janeiro, C. Filho.
- _____. (1966) [1939] *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. São Paulo: Editora Nacional.
- EHRLICH, Eugen. (1986) *Fundamentos da Sociologia do Direito*. Cadernos da UnB. Brasília: Editora UnB, 1986.
- FALCÃO, Joaquim de Arruda. (1984a) *Os Advogados: ensino jurídico e mercado de trabalho*. Recife: Fundação J. Nabuco/Massangana.

_____. (org.) (1984b) *Conflito de Direito de Propriedade, Invasões Urbanas*. Rio de Janeiro: Forense.

_____. (2009) Classe dirigente e ensino jurídico – Uma releitura de San Tiago Dantas. In: *Cadernos FGV Direito Rio*. Vol. 3. Rio de Janeiro: FGV.

FARIA, José Eduardo. (1978) *Poder e legitimidade* – uma introdução à política do direito. São Paulo: Perspectiva.

_____. (1978-1979) A função social da dogmática e a crise: do ensino e da cultura brasileira. In: A educação jurídica e a crise brasileira. In: *Encontros da UnB. Ensino Jurídico*. Brasília: Universidade de Brasília — UnB.

_____; MENGE, Claudia de Lima. (1979) A função social da dogmática e a crise do ensino e da cultura jurídica brasileira. In: *Dados*, n. 21, Rio de Janeiro, p. 87-113, 1979.

_____. (1981) *Direito, Modernização e Autoritarismo: mudança socioeconômica vs. liberalismo jurídico*, São Paulo, tese apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo na área de concentração em filosofia, teoria e sociologia do direito.

_____. (1984) *Sociologia jurídica* – crise do direito e práxis política. Rio de Janeiro: Forense.

_____. (1985) *Crise constitucional e a restauração da legitimidade*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris.

_____. (1986) A reforma do ensino jurídico. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 21, nov. 1986.

_____. (1987a) *A reforma do ensino jurídico*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris.

- _____. (1987b) Positivismo x jusnaturalismo: um falso dilema. In: SOUSA JÚNIOR, José Geraldo. *O direito achado na rua*. Brasília: Editora da UnB.
- _____. (1988a) *Eficácia Jurídica e Violência Simbólica: O Direito como Instrumento de Transformação Social*. São Paulo: EDUSP.
- _____. (ed.). (1988b) *A crise do direito numa sociedade em mudança*. Brasília: Editora UnB.
- _____. (ed.) (1989) *Direito e justiça – a função social do judiciário*. São Paulo, Ática.
- _____. (1991) *Justiça e conflito: os juízes em face dos novos movimentos sociais*. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- _____. (1993) *Direito e Economia na democratização brasileira*. São Paulo: Malheiros.
- _____. (1994) *Direitos humanos, direitos sociais e justiça*. São Paulo: Malheiros.
- _____. (1996) *Direito e globalização econômica – implicações e perspectivas*. São Paulo: Malheiros.
- _____. (1999) *O direito na economia globalizada. 1ª Edição, 1ª tiragem*. São Paulo: Malheiros.
- _____. (2000) *Prefácio*. In: CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Direito e Democracia*. 2ª Edição. São Paulo: Max Limonad.
- _____. (2002) *O direito na economia globalizada. 1ª Edição, 3ª tiragem*. São Paulo: Malheiros.
- _____. (2008) *Direito e Conjuntura*. Série GVlaw. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. (2011) *O estado e o direito depois da crise*. São Paulo: Saraiva.

_____. (2012) Prefácio. In: CAMPILONGO, Celso F. *Interpretação do direito e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

_____. (2014) Saudação proferida pelo Excelentíssimo Professor Titular José Eduardo Campos de Oliveira Faria aos novos Titulares da Faculdade de Direito. In: *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v. 109, p. 867-878, jun./dez. 2014.

_____. (2016) *Juristas fora da curva: três perfis, no prelo*.

FERRAZ JR, Tércio Sampaio. (1978-1979) Ensino Jurídico. In: *Encontros da UnB. Ensino Jurídico*. Brasília: Universidade de Brasília — UnB.

_____. (1978) A Criação dos Cursos Jurídicos e a Concepção de Ciência do Direito. In: A. W. Bastos (coord.). *Os Cursos Jurídicos e as Elites Políticas Brasileiras*. Brasília, Câmara dos Deputados.

_____. (1980a) *Função social da dogmática jurídica*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

_____. (1980b) Liberdade e responsabilidade penal. *Revista Sequência*, nº 1, 1º Semestre de 1980, Florianópolis. Pp. 99-105.

_____. (2003) *Introdução ao Estudo do Direito – técnica, decisão, dominação*. São Paulo: Atlas.

GOMES, Orlando. (1955) *A Crise do Direito*. São Paulo: Max Limonad.

_____. (2006) [1958]. *Raízes históricas do Código Civil brasileiro*. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (1961) *Direito e Desenvolvimento*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1961.

GURVITCH, George. (1946) *Sociologia Jurídica*. Rio de Janeiro: Kosmos Editora.

INSTITUTO DIREITO E SOCIEDADE – IDES. (1997). *Percursos da Sociologia do Direito – Vozes do Recife – Entrevista de Eliane Botelho Junqueira com o professor José Luciano Góes de Oliveira*. Instituto Direito e Sociedade – IDES, 1997.

_____. (2000) *Percursos da Sociologia do Direito – Vozes do Recife – Entrevista de Eliane Botelho Junqueira com os professores Cláudio Souto e Solange Souto*. Instituto Direito e Sociedade – IDES, 2000.

JUNQUEIRA, Eliane Botelho. (1993) *A Sociologia do Direito no Brasil*. Introdução ao Debate Atual. Rio de Janeiro: Lumen Júris.

_____. (1995) Memórias precoces. In: *OAB/RJ. Perspectiva sociológica do direito: 10 anos de pesquisa*. Rio de Janeiro: Thex Editora. Pp. 03-20.

_____. (2001) *Através do espelho: ensaios de sociologia jurídica*. Rio de Janeiro: Letra Capital.

_____. (2002) Geléia geral: a Sociologia Jurídica nas Faculdades de Direito. In: JUNQUEIRA, Eliane Botelho; OLIVEIRA, Luciano. *Ou isto ou aquilo: a Sociologia Jurídica nas Faculdades de Direito*. Rio de Janeiro: Letra Capital.

LACERDA, Gabriel; FALCÃO, Joaquim; RANGEL, Tânia (eds.). (2012) *Aventura e legado na educação jurídica*. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2012.

LIMA, Hermes (1954). *Introdução à ciência do direito*. 7ª Edição. Rio de Janeiro, Freitas Bastos.

_____. (1974). *Travessia (memórias)*. Coleção documentos brasileiros. Rio de Janeiro: J. Olympio.

LOPES, José Reinaldo de Lima. (1988) Mudança social e mudança legal. In: José Eduardo Faria. (Org.). *A Crise do direito numa sociedade em mudança*. Brasília: Editora da UnB, p. 109-121.39.

_____. (1992). Voltar à Teoria da Justiça?. In: Revista de Direito Alternativo, n. 1, p. 71-76, São Paulo.

_____. (1994) Direito subjetivo e direitos sociais: o dilema do judiciário no Estado social de direito. In: José Eduardo Faria. (Org.). *Direitos Humanos, direitos sociais e justiça*. São Paulo: Editora Malheiros, 1994.143.

_____. (1997) *Direito e transformação social*. Belo Horizonte: Nova Alvorada.

LYRA FILHO, Roberto. (1980a) *O Direito que se ensina errado*. Brasília: Centro Acadêmico de Direito da Universidade de Brasília – UnB.

_____. (1980b) *Para um Direito sem Dogmas*. Porto Alegre: Fabris.

_____. (1981a) *Razões da Defesa do Direito*. Brasília: Obreira, Brasília.

_____. (1981b) *Problemas Atuais do Ensino Jurídico* Obreira, Brasília.

_____. (1982) *O que é direito*. São Paulo: Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos.

_____. (1983) *Karl, Meu Amigo: Diálogo com Marx sobre o Direito*. Porto Alegre: Fabris.

_____. (1984a) *Por que Estudar Direito Hoje?* Brasília: Edições Nair Ltda.

_____. (1984b) *Pesquisa em que Direito?* Brasília; Edições Nair Ltda.

MACHADO NETO, A. L. (1969). *História das ideias jurídicas no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

- _____. (1987) [1 ed. 1963]. *Sociologia Jurídica*. São Paulo: Saraiva.
- MIAILLE, Michel. 1994 [1979] *Introdução crítica ao direito*. Lisboa: Editorial Estampa,
- MIRANDA ROSA, Felipe Augusto de. (1970) *Sociologia do direito: o fenômeno jurídico como fato social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- NEVES, Marcelo. (1994) *A constitucionalização simbólica*. São Paulo: Acadêmica.
- OAB, Ordem dos Advogados do Brasil. (1996) *OAB Ensino Jurídico: novas diretrizes curriculares*. Brasília: Conselho Federal da OAB, 1996.
- OLIVEIRA, Luciano. (2002) “Que (e para quê) Sociologia? Reflexões a respeito de algumas idéias de Eliane Junqueira sobre o ensino da Sociologia do Direito (ou seria Sociologia Jurídica?) no Brasil”, in: JUNQUEIRA, Eliane Botelho e OLIVEIRA, Luciano (Orgs.), *Ou Isto Ou Aquilo – A Sociologia Jurídica nas faculdades de direito*, Rio de Janeiro, IDES/Letra Capital.
- _____. (2004) *Sua excelência o comissário: e outros ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro, Letra Legal.
- _____; ADEODATO, João Maurício. (1996) *O estado da arte da pesquisa jurídica e sócio-jurídica no Brasil*. Brasília: CJF. (Série Pesquisas do CEJ.) Disponível em: <<http://daleth.cjf.jus.br/revista/seriepesq04.htm>>. Acesso em: 14 jul. 2016.
- OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. (1939). *O idealismo da constituição*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional.
- _____. (1999) [1949]. *Instituições políticas brasileiras*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal.
- PLASTINO, Carlos Alberto (Org.). (1984). *Crítica do Direito e do Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graaal.

PINHEIRO FILHO, Fernando Antônio. (2007) A invenção da ordem – Intelectuais católicos no Brasil. In: *Tempo social*, vol.19, nº1. Pp.33-49.

PRESSBURGER, T. Miguel. (1995). Direito, a Alternativa. In: *OAB/RJ. Perspectiva sociológica do direito: 10 anos de pesquisa*. Rio de Janeiro: Thex Editora.

REALE, Miguel. (1953) *Filosofia do direito*. São Paulo: Saraiva.

_____. (1968) *O direito como experiência*. São Paulo: Saraiva.

_____. (2001) [1973] *Lições preliminares de direito*. São Paulo: Saraiva.

_____. (1976) *Filosofia em São Paulo*. 2 ed. São Paulo: Grijalbo.

_____. (2002) *A filosofia no Brasil*. Disponível em:
<<http://www.miguelreale.com.br/artigos/filobras.htm>>.

_____. (2005) *Panorama filosófico brasileiro*. Disponível em:
<<http://www.miguelreale.com.br/artigos/panfilbr.htm>>.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. (1988) *Ensino jurídico: saber e poder*. São Paulo: Acadêmica, 1988.

_____. (1993) *Ensino jurídico e direito alternativo*. São Paulo: Editora Acadêmica.

SALDANHA, Nelson N. (1977) *Legalismo e Ciência do Direito*. São Paulo: Atlas.

_____. (1980) *Sociologia do Direito*. São Paulo: Revista dos Tribunais.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2000) *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. Vol. 1. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez Editora.

_____. (2014) *O direito dos oprimidos*. São Paulo: Cortez.

SOUTO, Claudio. (1972) Sociology of Law : A New Perspective in Brazilian Legal Education. In: ARSP: *Archiv für Rechts- und Sozialphilosophie* / Archives for Philosophy of Law and Social Philosophy, Vol. 58, No. 2, pp. 237-251

_____. (1974). *Teoria sociológica geral* – uma fundamentação mais abrangente. Rio de Janeiro: Globo.

_____. (1976a) Teoria Geral do Social: Uma Tentativa de Explicação Axiomatizada. In: Revista Brasileira de Sociologia, Vol. II, n 1 e 2, Janeiro-Dezembro, 1976, pp. 43-62.

_____. (1978) *Teoria Sociológica do Direito e Prática Forense*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris.

_____. (1979) Social Norm and Law: A Qualitative Characterization. In *Archiv für Rechts- und Sozialphilosophie* / Archives for Philosophy of Law and Social Philosophy, vol. 1, Contemporary Conceptions of Law - 9th World Congress, pp. 309-324.

_____. (1981a) Mudança Social, Desenvolvimento e Direito, Arquivos do Ministério da Justiça, n. 157, jan/mar/1981a, pp. 158-171.

_____. (1981b) Sentimento de Justiça. In: R. LIMONGI FRANÇA (coord.). *Enciclopédia Saraiva do Direito*. São Paulo: Saraiva, vol. 68, p. 181-190.

_____. (1997) *Tempo do Direito Alternativo*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

_____; FALCÃO, Joaquim (orgs.). (1980) *Sociologia & Direito: textos básicos para a disciplina de Sociologia Jurídica*. São Paulo: Pioneira.

_____; SOUTO, Solange (1981) *Sociologia do Direito*, Livros Técnicos e Científicos Editora S. A. - Editora da Universidade de São Paulo.

_____; SOUTO, Solange. (1989) “Sociology of Law in Brazil: the Recent Years”. In: *Ciência e Trópico*. Recife, jan./jun. 1989.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo. (1984) *Para uma Crítica da Eficácia do Direito*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor.

_____. (1987) *O Direito Achado na Rua*. 4ª Edição. Brasília: Editora UnB.

_____. (2002) *Sociologia jurídica: condições sociais e possibilidades teóricas*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris.

_____. (2008) *Direito como liberdade: o direito achado na rua – experiências populares emancipatórias de criação do direito*. Tese de doutorado defendida na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.

TORRES, Alberto (1973) [1914]. *A organização nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

TRUBEK, David M.; GALANTER, Marc. (1974) Scholars in self-estrangement: some reactions on the crisis in law and development studies in the United States. *Wisconsin Law Review*, n. 1062.

VIEHWEG, Theodor. (1997) *Topica y filosofía del derecho*. 2ª Edição. Barcelona: Gedisa Editorial.

WARAT, Luis Alberto (1980). Cuestiones dogmaticas y ceteticas mas alla de Tercio Sampaio. In: *Sequencia: estudos jurídicos e políticos*, vol. 01, nº 01

_____. (1982) O Saber Crítico e o Senso Comum dos Juristas. In: *Revista Sequência*, n.5, junho de 1982.

_____. (2000) [1984] *O direito e sua linguagem. 2ª versão*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris.

_____. (1985). *A ciência do direito e seus dois maridos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

_____. (1988) *Manifesto do surrealismo jurídico*. São Paulo: Editora Acadêmica.

_____. (1994) *Introdução Geral ao Direito – I – Interpretação da lei: temas para uma reformulação*, Porto Alegre, Sergio Antonio Fabris Editor.

_____; ROCHA, Leonel Severo da. Contradogmáticas – ano 10. Memórias de uma utopia. In: *Contradogmáticas – Revista Internacional de Filosofia e Sociologia do Direito*, nº 09. Florianópolis.

WOLKMER, Antônio Carlos. (1997) *Pluralismo Jurídico*. Fundamentos de uma nova cultura no Direito. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Alfa-Omega.

OBRAS DE REFERÊNCIA

ADORNO, Sergio. (1988) *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

ALVES da SILVA, P. E.; CUNHA, A. S. (Orgs.) (2013) *Pesquisa Empírica em Direito: Anais do I Encontro de Pesquisa Empírica em Direito*. Brasília: IPEA.

ANDRADE, Lédio Rosa de. (1998). *O que é Direito Alternativo?*. Florianópolis: Obra jurídica.

ANGARITA, Antonio (org.); AMBROSINI, Daniel; SALINAS, Natasha Schmitt Caccia. (2010) *Direito GV: Construção de um Sonho* - inovação, métodos, pesquisa, docência. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas. Escola de Direito.

AMBROSINI, Diego Rafael (2011a). O Ensaísta: Nestor Duarte entre os “Intérpretes do Brasil”. In: *Cadernos CEDEC*, v. 100, Pp. 5-37.

_____. (2011b) *Contextos de Nestor Duarte – política, sociologia e direito*. Tese de doutorado defendida na Faculdade de Filosofia, Ciências Sociais e Letras da Universidade de São Paulo.

BATALHA, Carlos Eduardo (2002). *Sobre o humanismo como núcleo de uma filosofia do direito: análise de uma contribuição de "Pluralismo e Liberdade" para a filosofia jurídica de Miguel Reale*. Dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

_____. (2010) A filosofia jurídica como saber metaideológico: anotações a partir da função social da dogmática jurídica no enfoque de Tercio Sampaio Ferraz Jr. In: RODRIGUEZ, José Rodrigo / BATALHA, Carlos Eduardo Batalha / BARBOSA, Samuel Rodrigues (Org.). *Nas fronteiras do formalismo: a função social da dogmática jurídica hoje*. São Paulo: Saraiva, p. 129-156.

BANAKAR, Reza. (2012a). Can Legal Sociology Account for the Normativity of Law? In: *Social and Legal Norms*, 2012.

_____. (2012b). Who Needs the Classics? - On the Relevance of Classical Legal Sociology for the Study of Current Social and Legal Problems. In: *RETSSOCIOLOGI*, 2012.

BOURDIEU, Pierre. (1986) The force of law: Toward a Sociology of the Juridical Field. In: *Hastings Law Journal* n° 38 (5), 1986. Pp. 814-853;

CAMPILONGO, Celso Fernandes. (2011) *O Direito na Sociedade Complexa*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

- _____. (2012) *Interpretação do direito e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- CANDIDO, Antônio. (1979). Prefácio. In: MICELI, S. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel/Difusão Editorial.
- _____. (1995). O significado de “Raízes do Brasil”. In: HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- CARVALHO, Amilton Bueno de. (1991/1992) Lei nº 8.009/1990 e o direito alternativo. In: ARRUDA JR., Edmundo Lima de. *Lições de direito alternativo – Vol. 1*. São Paulo: Editora Acadêmica.
- _____. (1993). *Direito Alternativo na jurisprudência*. São Paulo: Editora Acadêmica.
- _____. (1999). *Direito alternativo em movimento*. 3ª Edição. Niterói: Luam.
- CARVALHO, José Murilo de (1988). *Teatro de Sombras: a Política Imperial*. São Paulo: Edições Vértice.
- CAVALCANTI FILHO, Teófilo (1966). Miguel Reale e a renovação dos estudos jurídicos no Brasil. In: *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v. 61, nº 01, 1966. Pp. 270-306.
- CERQUEIRA, D. T.; FRAGALE FILHO, R. (orgs.) (2006) *O ensino jurídico em debate: o papel das disciplinas propedêuticas na formação jurídica*. Campinas: Millennium, 2006.
- DWORKIN, Ronald. (1978). Model of Rules II. In: *Taking Rights Seriously*. Cambridge: Harvard University Press.
- _____. (1986) *Law's Empire*. Cambridge: Harvard University Press.

- _____. (2006) *Justice in Robes*. Cambridge/Londres: Harvard University Press.
- DUTRA, Pedro (2014) *San Tiago Dantas – a razão vencida*. Vol. 1. O ideólogo (1911-1945). São Paulo: Editora Singular.
- ENGELMANN, Fabiano. (2006) *Sociologia do campo jurídico*. Porto Alegre: Fabris.
- FRAGALE, Roberto e ALVIM, Joaquim. (2007) O movimento “critique du droit” e seu impacto no Brasil. In: *Revista Direito GV*, v. 3, n. 2, jul-dez 2007.
- _____, VERONESE, Alexandre. (2004) A pesquisa em Direito: diagnóstico e perspectivas. *RBPG*, v. 1, n. 2, nov. 2004.
- GALUCIO, Andréa Lemos Xavier (2014). O papel da editora Brasiliense na difusão do pensamento de esquerda e nos debates intelectuais e políticos, no Brasil, entre 1979 e 1985. I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial. Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/andreagalucio.pdf>.
- GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. (2002) *(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática*. Belo Horizonte: Del Rey, 2002;
- HABERMAS, Jürgen. (1991) *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1991.
- HART, Herbert. L. A. (2005) *O Conceito de Direito*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian.
- KELSEN, Hans. (2003) *Teoria Pura do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LAHUERTA, M. (1997). Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: DE LORENZO, H.; COSTA, W. (orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Editora da UNESP, p. 93-114.
- LEMA, Sergio Roberto (2014). *Roberto Lyra Filho e o Direito Alternativo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.x

LINS E HORTA, Ricardo de; ALMEIDA, Vera Ribeiro de; CHILVAQUER, Marcelo. (2014) Avaliando o desenvolvimento da pesquisa empírica em direito no Brasil: o caso do projeto pensando o direito. In : *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, vol. 1, n. 2, jul 2014, p. 162-183.

LOPES, José Reinaldo de Lima. (2013) A pesquisa em direito e a pesquisa em ciências sociais. In: *Encontro de Pesquisa Empírica em Direito*, 2013, Ribeirão Preto. Pesquisa empírica em direito. Rio de Janeiro: IPEA, 2011. v. 1. p. 19-25.

_____. (2014) *Naturalismo jurídico no pensamento brasileiro*. São Paulo: Saraiva.

_____; GARCIA NETO, Paulo Macedo. (2011) Pensamento jurídico crítico em Brasil (1920–1940). In: VILLEGAS, M. C.; SAFFON, M. P. (org.). *Crítica jurídica comparada*, Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2011.

_____; FREITAS FILHO, R. (2014) Law and Society in Brazil at the Crossroads: A Review. *The Annual Review of Law and Social Science*, vol. 10, 2014, p. 91-103.

LUHMANN, Niklas. (1983) Sociologia do direito I e II. 2 vols. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

LYRA, Doreodó Araújo. (1986) *Desordem e progresso – estudos sobre o direito em homenagem a Roberto Lyra Filho na ocasião de seu 60º aniversário*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris.

MACEDO JR., Ronaldo Porto; MARTES, Ana Cristina. (2014). Ensinar Direito: o sentido de criar sentidos. In: *Cadernos FGV Direito Rio*. Educação e Direito. Vol. 9. Tema: Globalização do ensino jurídico. Rio de Janeiro: FGV.

MACHADO, Marta Rodrigues Assis; PÜSCHEL, Flávia Portella; RODRIGUEZ, José Rodrigo. (2012) *Dogmática é Conflito: Uma visão crítica da racionalidade jurídica*. São Paulo: Saraiva.

- MARTINS, Luciano (1987). A gênese de uma intelligentsia. Os intelectuais e a política no Brasil 1920 a 1940. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 2. N. 4. Acessível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=290&Itemid=203
- MELO, Rúrion Soares (2005). Habermas e a estrutura reflexiva do direito. In: *Revista da Direito GV vol. 01*, n. 1, 2005, Pp. 67-78
- MICELI, Sergio (1979). *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel/Difusão Editorial.
- ONOFRE, Gabriel da Fonseca (2011). San Tiago Dantas: o ideólogo do trabalhismo democrático. In: *Revista Mosaico*. N. 5. Ano III. Rio de Janeiro: /FGV. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=printpdf/artigo/san-tiago-dantas-o-ideologo-do-trabalhismo-democratico>>.
- NEUMANN, Franz. (2013) *O império do direito: teoria jurídica e sistema jurídico na sociedade moderna*. São Paulo: Quartier Latin.
- NOBRE, Marcos. (2011) Apontamentos sobre a pesquisa em direito no Brasil. In: FABIANI, Emerson Ribeiro (org.). *Impasses e aporias do direito contemporâneo*, São Paulo: Saraiva.
- _____. (2012) Da “formação” às “redes”: filosofia e cultura depois da modernização. *Cadernos de Filosofia Alemã*, São Paulo, n. 19, p. 13-36, jan./jun. 2012.
- _____. (2013) *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. *et alii*. (2005) *O que é pesquisa em direito?* São Paulo: Quartier Latin.

_____; REGO, José Márcio (eds.). (2000) *Conversas com filósofos brasileiros*. São Paulo: Ed. 34.

NOVAIS, Fernando (1994). Braudel e a “missão francesa”. In: *Estudos Avançados*, vol. 08, nº 22.

NÚCLEO DE METODOLOGIA DO ENSINO – FGV DIREITO SP. (2014) Observatório do Ensino de Direito, Volume 1, Número 3, 2014, Ensino Superior 2012 – Docentes -Detalhamento regional comparativo da Área Geral de Ciências Sociais, Negócios e Direito.

OLIVEIRA, Luciano. (2015) *Manual de Sociologia Jurídica*. São Paulo: Vozes, 2015.

PÉCAUT, D. (1990). *Os intelectuais e a política no Brasil* (entre o povo e a nação). São Paulo: Ática.

PICCOLO, Carla H. B.; MACEDO, Ronaldo Porto. (2014) Remarks on the philosophy of law in Brazil. In: *Problema – Anuario de Filosofía y Teoría del Derecho*, n. 8, p. 179-224, enero-diciembre 2014.

RAMOS, Luiz Felipe da Rosa; SILVA FILHO, Osny. (2015) *Orlando Gomes*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

REIS, Adacir (2001). Esboço biográfico de San Tiago Dantas. Brasília: Instituto San Tiago Dantas de Direito e Economia. Disponível em: <<http://www.direitoeconomia.org.br/site/index.php/san-tiago-dantas/biografia/9-esboco-biografico-de-san-tiago-dantas>>.

REIS, Luciana Silva. (2013) *Direito e método – a contribuição de Ronald Dworkin*. Dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

_____. (2017) Interpretando Dworkin – sobre o caráter político da teoria (e da prática) jurídica. In: MACEDO JR., Ronaldo Porto. *Teoria do Direito Contemporânea - Autores e Temas*. Rio de Janeiro: Juruá, 2017.

RICUPERO, Bernardo; FERREIRA, Gabriela Nunes (2010). Raymundo Faoro e as interpretações do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme e SALINAS, Natasha Caccia. (Coords.). *Os juristas na formação do Estado-Nação brasileiro: 1930- dias atuais*. São Paulo: Saraiva. Pp. 367-384.

RODRIGUEZ, José Rodrigo. (2009) *Fuga do direito*. São Paulo: Saraiva.

_____. (2010) Para além da separação de poderes: formalismo, dogmática jurídica e democracia. In: RODRIGUEZ, José Rodrigo; BARBOSA, Samuel Rodrigues; BATALHA, Carlos Eduardo (Coords.). *Nas Fronteiras do Formalismo*. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. (2012) Para uma pedagogia da incerteza: a dogmática jurídica como experimento e como imaginação. In: MACHADO, Marta Rodrigues Assis; PÜSCHEL, Flávia Portella; RODRIGUEZ, José Rodrigo. *Dogmática é Conflito: Uma visão crítica da racionalidade jurídica*. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____; SILVA, Felipe Gonçalves (org.). (2013) *Manual de Sociologia Jurídica*. São Paulo: Saraiva.

SADER, Eder (1995) [1988] *Quanto novos personagens entram em cena – experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SAMUEL, Geoffrey (2009) Interdisciplinarity and the Authority Paradigm: Should Law Be Taken Seriously by Scientists and Social Scientists?. In: *Journal of Law and Society*, Vol. 36/4. Pp. 431-459

SAFFON, Maria Paula; VILLEGAS, Mauricio Garcia. (2011) Un siglo de crítica jurídica. In: VILLEGAS, M. C.; SAFFON, M. P. (org.). *Crítica jurídica comparada*, Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.

_____. (2011) Crítica jurídica en Brasil, Argentina y Colombia (1960-1990). In: VILLEGAS, M. C.; SAFFON, M. P. (org.). *Crítica jurídica comparada*, Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.

- SEELAENDER, Airton Cerqueira-Leite; CASTRO, Alexander Rodrigues (2010). Um jurisconsulto adaptável – Francisco Campos (1891-1968). In: MOTA, Carlos Guilherme e SALINAS, Natasha Caccia. (Coords.). *Os juristas na formação do Estado-Nação brasileiro: 1930- dias atuais*. São Paulo: Saraiva.
- SILVA, Virgílio Afonso da. (2009) O STF e o controle de constitucionalidade – deliberação, diálogo e razão pública. In: *Revista de Direito Administrativo*, nº 250, Pp. 197-227.
- SPIELER, Paula; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo (2013). *Advocacia em tempos difíceis: ditadura militar:1964-1985*. Curitiba.
- TAMANAH, Brian. *Beyond the Formalist-Realist Divide*. (2009) NJ: Princeton University Press.
- TEUBNER, Gunther. Global Bukowina: Legal Pluralism in the World Society. (1997) In: TEUBNER, Gunther (ed.), *Global Law Without a State*. Dartmouth: Aldershot.
- UNGER, Roberto Mangabeira. (2005) Uma nova faculdade de direito no Brasil. In: *Cadernos da FGV Direito Rio*. v. 1. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, p. 16-38.
- VANDEVELDE, Kenneth J. (2011) *Thinking like a lawyer – An Introduction to Legal Reasoning*. Philadelphia: Westview Press, 2011.
- VENÂNCIO, Giselle Martins (2015). *Oliveira Vianna entre o espelho e a máscara*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- VENÂNCIO FILHO, Alberto. (1977) *Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
-
- _____. (1978-1979) Análise histórica do ensino jurídico no Brasil. *Encontros da UnB. Ensino Jurídico*. Brasília: Universidade de Brasília – UnB, 1978-1979.

- VERONESE, Alexandre. (2007) O problema da pesquisa empírica e sua baixa integração na área de direito: uma perspectiva brasileira na avaliação dos cursos de pós-graduação do Rio de Janeiro. In: XVI Congresso Nacional do CONPEDI, 2007, Belo Horizonte. Anais do XVI Congresso Nacional do CONPEDI [Recurso eletrônico]. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007, p. 6011-6030.
- VIEIRA, Carlos Eduardo. (2011). Erasmo Pilotto: identidade, engajamento político e crenças dos intelectuais vinculados ao campo educacional no Brasil. In: LEITE, J. L.; ALVES, C. M. C. (orgs.). *Intelectuais e história da educação no Brasil: poder, cultura e políticas*. Vitória: SBHE: UFES, pp. 25-54.
- WOLKMER, Antonio Carlos. (2002) *Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico*. São Paulo: Saraiva, 2002.